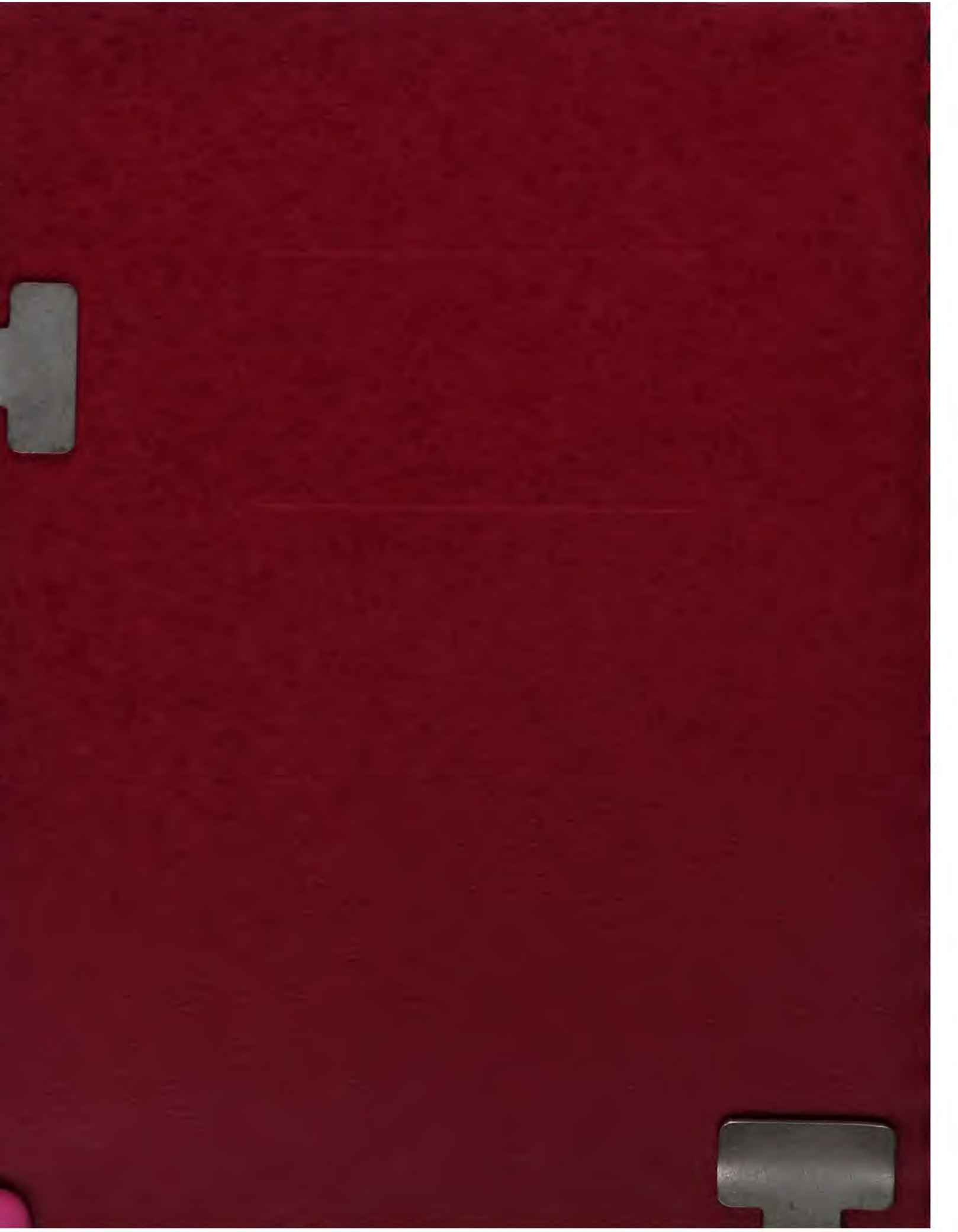


1981 - 1982

BASIN

IICA  
E71  
S271a



**- RELATORIO FINAL -**

**"AVANCES EN LA REFORMA INSTITUCIONAL, POLITICAS Y  
ORGANIZACION DEL SECTOR PRIVADO PARA PARTICIPAR  
EN EL PROCESO DE APERTURA EN AMERICA LATINA  
Y EL CARIBE"**

**- BRASIL -**

**Coordenador: MARCOS SAWAYA JANK**

*Professor da Universidade  
de São Paulo, ESALQ-USP*

**ESTUDO CONTRATADO PELO INSTITUTO  
INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)**

**São Paulo (SP), Brasil  
Outubro de 1991**

00006241

## **EQUIPE TÉCNICA**

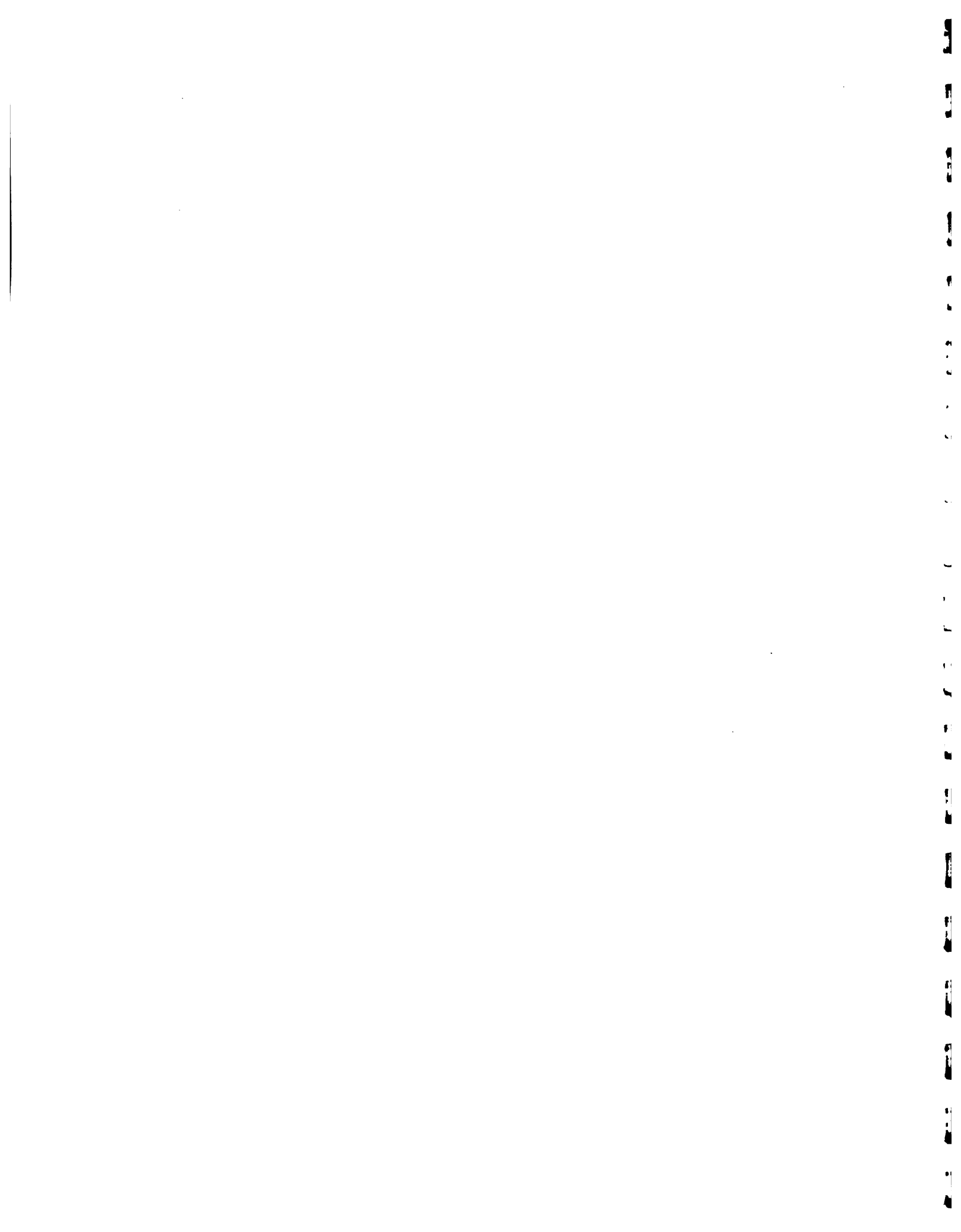
**MARCOS SAWAYA JANK**

**JOAQUIM BENTO DE SOUZA FERREIRA FILHO**

*- Professores do Departamento de Economia e Sociologia Rural  
da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", ESALQ*

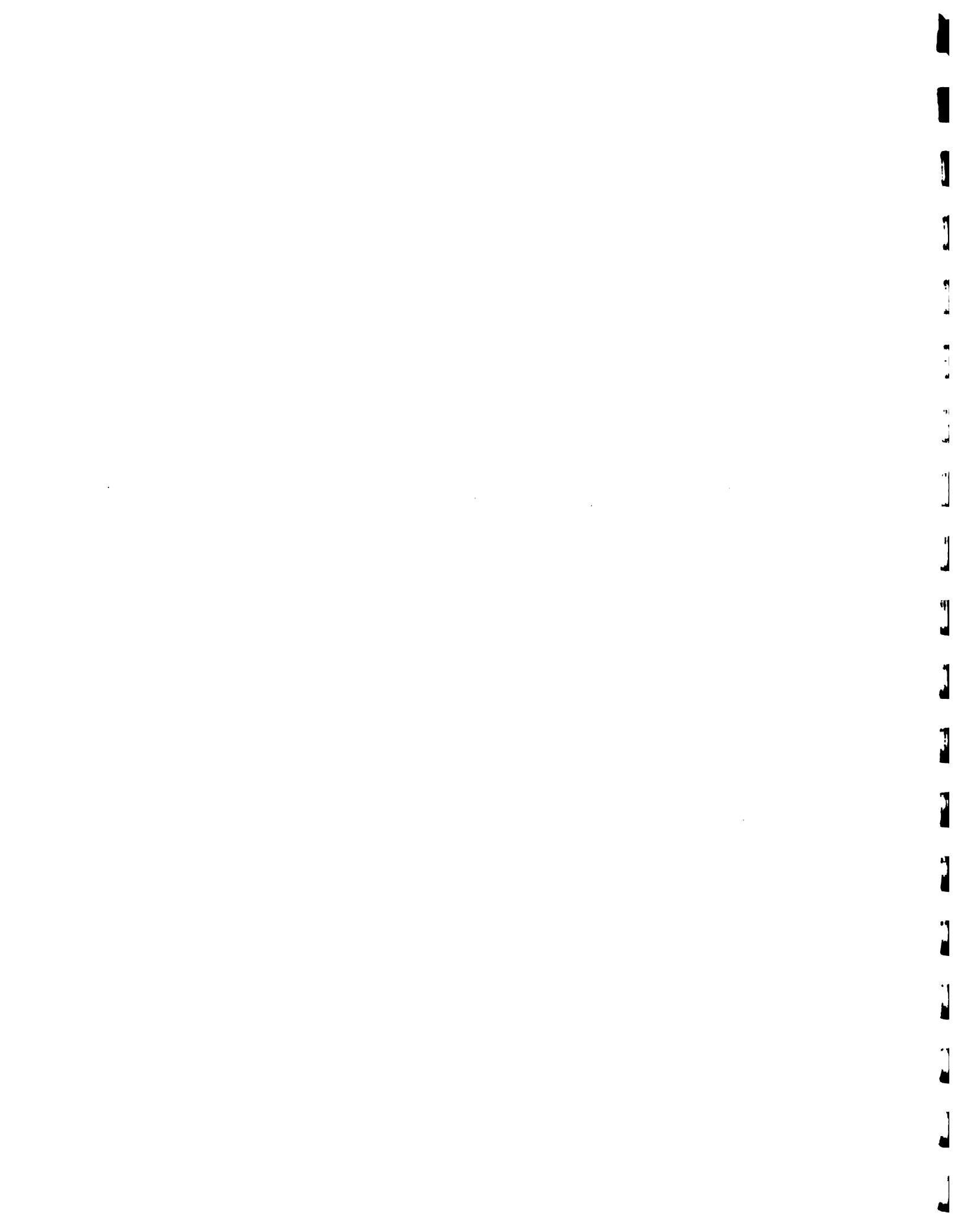
**LUCIANO RODRIGUES DA ROSA**

*- Auxiliar de pesquisa, acadêmico de graduação da ESALQ.*



ÍNDICE

<b>A) ANTECEDENTES .....</b>	<b>01</b>
<b>B) OBJETIVOS DO ESTUDO .....</b>	<b>01</b>
<b>C) PERÍODO DE ANÁLISE .....</b>	<b>02</b>
<b>D) COMPONENTES DO ESTUDO .....</b>	<b>03</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS CONSIDERADOS COMO OFERTA EXPORTÁVEL DO COMPLEXO AGROPECUÁRIO- AGROINDUSTRIAL .....</b>	<b>03</b>
<b>1.1- Identificação da oferta exportável .....</b>	<b>03</b>
<b>Caracterização das exportações brasileiras .....</b>	<b>04</b>
<b>As exportações do CAI brasileiro .....</b>	<b>04</b>
<b>Dinâmica das exportações .....</b>	<b>06</b>
<b>Produtos com oferta exportável potencial .....</b>	<b>09</b>
<b>1.2- Características dos produtos designados como oferta exportável .....</b>	<b>12</b>
<b>A. Volumes de Produção</b>	
<b>B. Características do Produto</b>	
<b>C. Zonas de Produção</b>	
<b>D. Volumes Comercializados</b>	
<b>E. Principais Mercados de Destino</b>	
<b>F. Outras Informações Pertinentes</b>	





1) SOJA .....	13
2) LARANJA .....	15
3) CAFÉ .....	16
4) MADEIRA .....	18
5) FUMO EM FOLHAS .....	19
6) CARNE BOVINA E DE FRANGO .....	20
7) AÇÚCAR .....	22
8) ALGODÃO .....	23
9) CACAU .....	24
1.3- Identificação dos produtos da oferta exportável que serão objeto de considerações específicas dentro das negociações com os EUA no marco da "Iniciativa para as Américas" .....	29
2. AVANÇOS NA REFORMA INSTITUCIONAL, LEGISLAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NOS PAÍSES DA ALC  (contratação de consultor externo)	
3. AVANÇOS NA REFORMA DA POLÍTICA ECONÔMICA .....	30
3.1- Introdução .....	30
3.2- A política econômica e o setor agrícola brasileiro: 1980-1991 .....	31
3.3- Políticas agrícolas diretas e indiretas: 1980/91 ..	35
3.3.1- Políticas específicas para o setor agrícola .....	35
3.3.1.1- Preços Mínimos .....	35
3.3.1.2- Crédito Rural .....	40
3.3.1.3- Gastos Públicos na agricultura em geral .....	43
3.3.2- Políticas Indiretas .....	45
3.3.2.1- A política cambial .....	45

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

3.4- Os principais produtos da oferta exportável brasileira (apoio ao cálculo do P.S.E.) .....	48
3.4.1- Soja .....	48
3.4.2- Laranja .....	49
3.4.3- Café .....	49
3.5- Bibliografia utilizada no item 3 .....	50
4. AVANÇOS NA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO .....	52
4.1- Reação do setor privado e reivindicações .....	52
- Indicar a reação do setor privado (produtores e exportadores) e as reivindicações ao governo.	
4.2- Fortalecimento das organizações privadas .....	56
- Assinalar o surgimento ou fortalecimento de organizações de produtores, agroindústrias ou exportadores a nível nacional ou regional.	
4.3- Surgimento de empresas privadas de serviços .....	57
- Analisar o surgimento de empresas privadas de serviços para informação, extensão, comercialização e aprovisionamento de bens da agricultura moderna.	
4.4- Existência de novos investimentos estrangeiros ....	59
- Assinalar a existência de novos mecanismos de investimento estrangeiro como forma de organização privada visando o comércio exterior	
4.5- Acordos entre o setor privado e universidades .....	60
- Verificar a existência de acordos entre o setor privado e Universidades/Centros de Pesquisa visando incrementar a capacitação empresarial e a participação no processo de abertura	
ANEXOS .....	62



**A) ANTECEDENTES (resumo)**

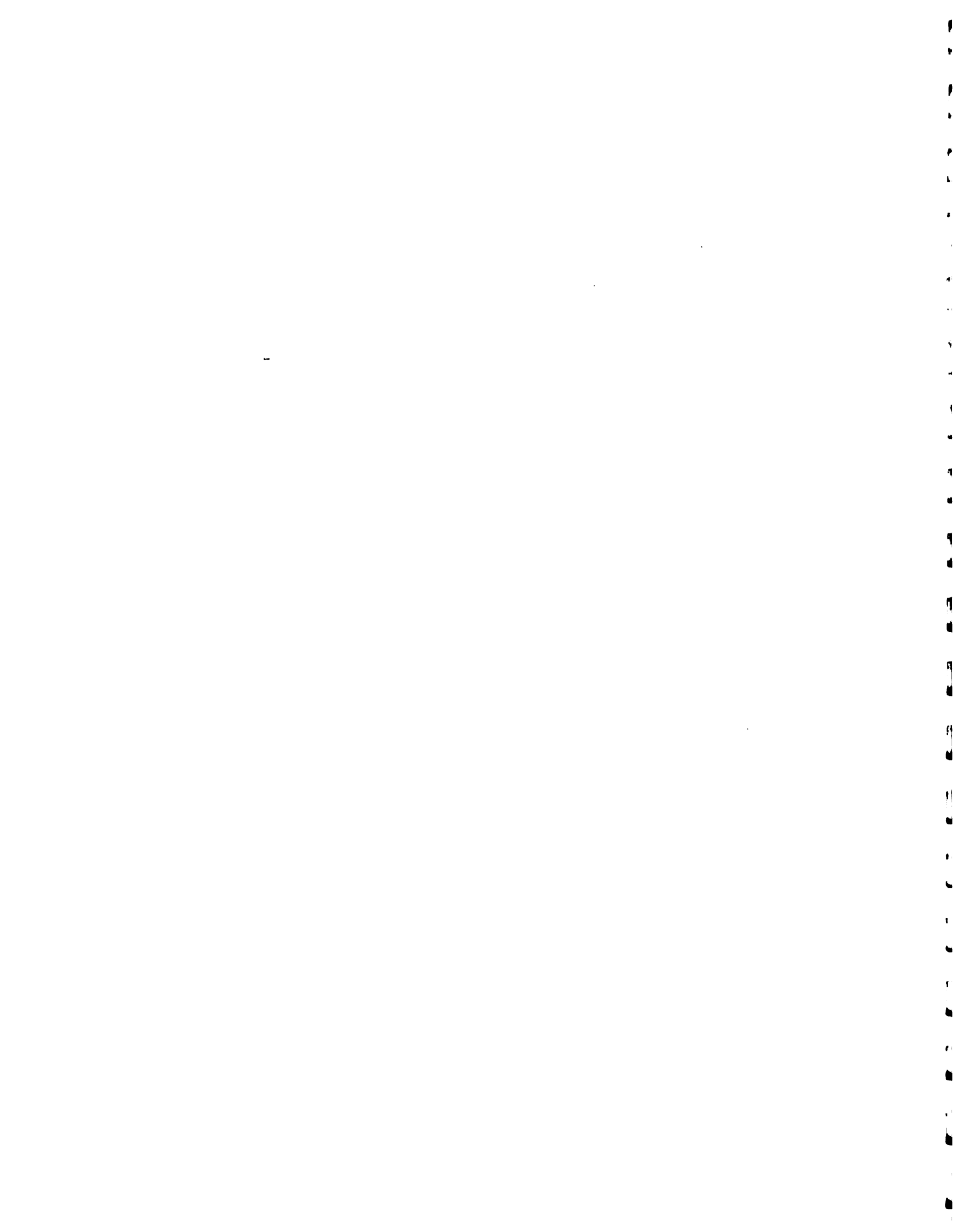
Os países do hemisfério sul confrontam-se hoje com o desafio de maior participação no processo de liberalização da economia mundial. No interior do continente americano, são múltiplas as iniciativas que conduzem a fortalecer o Sistema Interamericano. Estas incluem a "Iniciativa para as Américas" do presidente Bush, a consolidação dos esquemas de integração sub-regional, os acordos bilaterais e o próprio processo de liberalização da economia e de reformas institucionais que ocorre no interior de cada nação.

O processo de reorientação do modelo econômico na ALC e as reformas institucionais outorgam hoje um papel preponderante às forças de mercado e à iniciativa privada, diminuindo a presença do Estado no comércio e na produção e, como consequência, também no setor agropecuário. Daí decorre a importância de um diagnóstico das mudanças que estão ocorrendo em matéria de políticas em favor da abertura econômica e das modificações nas estruturas institucional, pública e privada dos setores agropecuário e de comércio exterior de cada país da região.

**B) OBJETIVOS DO ESTUDO**

Este trabalho se enquadra dentro de um estudo iniciado pelo IICA sobre a proposta "Iniciativa para as Américas e a Agricultura" do Sistema Interamericano. Este estudo inclui os seguintes itens:

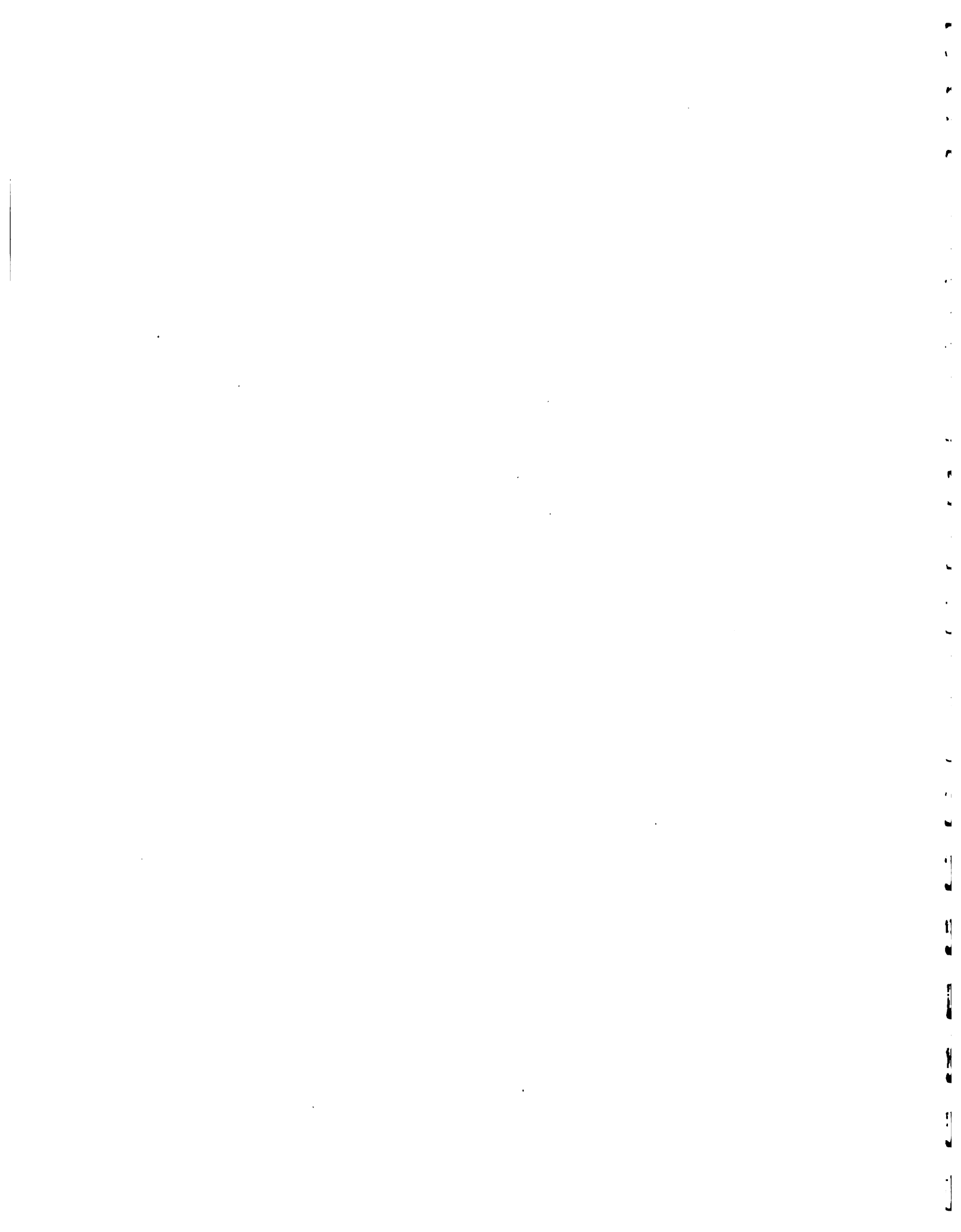
1. Análise das características do comércio agropecuário interamericano.
2. Diagnóstico do avanço das reformas institucionais e formas de organização setor privado nos países da ALC.
3. Quantificação das reformas de política comercial na ALC e nos Estados Unidos.
4. Análise do impacto da liberalização do comércio sobre a agricultura.



No presente estudo serão analisados aspectos relativos aos itens 2 e 3 acima mencionados. O estudo deve procurar identificar e analisar os produtos que a nível nacional são considerados como "oferta exportável" do complexo agropecuário-agroindustrial, os avanços na reforma das políticas mais diretamente ligadas à liberalização das economias, os avanços na modernização das instituições públicas e, finalmente, os avanços na organização privada.

### **C) PERÍODO DE ANÁLISE**

Deve-se procurar distinguir os períodos de 1980-1989 e 1990-91, com a flexibilidade requerida pela situação particular de cada país.





## D) COMPONENTES DO ESTUDO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS CONSIDERADOS COMO "OFERTA EXPORTÁVEL" DO COMPLEXO AGROPECUÁRIO-AGROINDUSTRIAL.

#### 1.1- IDENTIFICAÇÃO DA "OFERTA EXPORTÁVEL" BRASILEIRA.

Em 1990, o Brasil exportou um total de 31.4 bilhões de dólares em mercadorias, sendo o Complexo Agropecuário-agroindustrial <sup>(1)</sup> responsável por cerca de um terço deste total (ou seja, quase 10 bilhões de dólares). Nesta primeira etapa do estudo pretende-se:

- Apresentar uma análise detalhada da evolução histórica das exportações agropecuárias e agroindustriais.
- Realizar uma análise minuciosa da dinâmica dos fluxos de exportação e traçar algumas perspectivas para produtos tradicionais e produtos com perspectivas potenciais em função de vantagens comparativas do país (ainda que o desempenho na exportação seja pequeno).

---

1. Neste texto, serão analisados os produtos considerados como oferta exportável do complexo agropecuário-agroindustrial brasileiro. Estes produtos dividem-se basicamente em quatro categorias de acordo com o seu grau de processamento:

A) Produtos agrícolas típicos (brutos): todos aqueles obtidos à nível de propriedade rural como cereais, oleaginosas, café em grãos, algodão bruto, fumo em folhas, etc.

B) Produtos da pecuária: carne bovina, carne avícola, etc.

C) Produtos semi-elaborados: basicamente os farelos e pastas originários do processamento da soja, da celulose, dos cítricos, do cacau, entre outros.

D) Produtos agroindustrializados: compreendem óleos vegetais, sucos de frutas, conservas de produtos agrícolas, fios e tecidos de algodão, álcool, carnes industrializadas, etc.

**OBSERVAÇÃO:** para evitar repetições desnecessárias do termo "agropecuário-agroindustrial", o conjunto dos produtos oriundos do setor agropecuário pertencentes às quatro categorias acima citadas será doravante designado como Complexo Agro-Industrial ou, resumidamente, CAI.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

### **Caracterização das exportações brasileiras:**

A pauta de exportações do país vem sofrendo mudanças importantes nas duas últimas décadas. Nos anos setenta, o Brasil conheceu uma fase de crescimento regular das exportações, particularmente incentivadas por numerosos programas de incentivo governamental <sup>(2)</sup>. Vale lembrar que, naquela época, era fácil obter capital externo para cobrir os déficits sucessivos na conta corrente do país.

No começo dos anos 80, com o fim da farta disponibilidade de financiamento externo e a violenta elevação das taxas internacionais de juros, o Brasil viveu a maior recessão de sua história. O país tem que gerar altos superávits na balança comercial para cobrir os déficits crescentes da balança de serviços e conta de capital. Para tanto, o governo restringe ainda mais as importações e promove uma política de desvalorizações reais da moeda, visando estimular as exportações, particularmente de produtos industriais.

### **As exportações do complexo agroindustrial brasileiro:**

A pauta agrícola e agroindustrial, como é de se esperar, também passa por mudanças importantes no período. De maneira geral, os produtos do CAI, que representavam mais de 60% da pauta de exportações do país no começo dos anos setenta representam hoje apenas 33% do total exportado pelo país.

A partir da base de dados oficial da CACEX - a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil <sup>(3)</sup> - apresenta-se inicialmente a composição da exportações do CAI brasileiro em 1990 (Tabela 1). Procurou-se, nesta tabela, identificar a "oferta exportável" a partir da importância relativa (em termos de agroindústria e geral, da totalidade de produtos e sub-produtos do CAI atualmente comercializados pelo país <sup>(4)</sup>).

Em seguida, no Gráfico 1, verifica-se a evolução da participação percentual relativa dos principais complexos de exportação do Brasil entre 1971 e 1990. No gráfico 2,

2. Na área agrícola assistiu-se à expansão de novas culturas voltadas para a exportação, como no caso exemplar dos derivados de soja e da avicultura.

3. Obtida a partir de publicações oficiais da própria CACEX, da FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior) e do BACEN (Banco Central do Brasil).

4. A) Não foram considerados alguns sub-produtos pouco "característicos" de um complexo agroindustrial, como calçados de couro, roupas de cama e mesa, papel, papelão e cartolina, etc. Apesar de terem alguma origem agrícola, tais produtos não podem ser considerados como pertencentes ao CAI.

B) Alguns produtos estão presentes também na pauta de importações do país, não analisada neste estudo.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

TOTAL DE EXPORTACOES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO EM 1990				
COMPLEXO	RECEITA (US\$ Milhoes)	PARTICIPACAO NA PAUTA		
		do CAI		GERAL (%)
		(%)	Acumulado	
01. SOJA	2 854	29,3	29,3	9,1
02. LARANJA	1 589	16,3	45,6	5,1
03. CAFE	1 253	12,9	58,5	4,0
04. MADEIRA	860	8,8	67,3	2,7
05. FUMO	551	5,7	73,0	1,8
06. PECUARIA DE CORTE	529	5,4	78,4	1,7
07. ACUCAR	519	5,3	83,7	1,7
08. ALGODAO	428	4,4	88,1	1,4
09. FRANGO	324	3,3	91,5	1,0
10. CACAU	314	3,2	94,7	1,0
OUTROS:				
- Castanhas	134	1,4	96,1	0,4
- Pesca	131	1,3	97,4	0,4
- Seda (fios)	66	0,7	98,1	0,2
- Pimenta em grao	42	0,4	98,5	0,1
- Oleo de Mamona	35	0,4	98,9	0,1
- Palmito (conserva)	28	0,3	99,2	0,1
- Cha (Erva-Mate)	28	0,3	99,5	0,1
- Cera de Carnauba	22	0,2	99,7	0,1
- Bananas e sucos	18	0,2	99,9	0,1
- Oleo de Amendoim	7	0,1	99,9	—
- Sisal	7	0,1	100,0	—
TOTAL do C.A.I.	9 741	100,0	100,0	31,0
Total das exportacoes brasileiras	31 391	—	—	—

FONTES: CACEX (Banco do Brasil) e BOLETINS BACEN (Banco Central do Brasil).

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

apresenta-se a evolução percentual das exportações agro-industriais de acordo com o grau de processamento dos diferentes produtos. Os produtos são divididos em quatro categorias: produtos brutos, produtos da pecuária (carnes), farelos e pastas e produtos industrializados (5). Os dados são apresentados em termos de médias móveis tri-anuais (o que visa atenuar os efeitos climáticos que afetam as exportações de produtos tipo o café).

Para estabelecer a dinâmica do ajuste nas exportações, comparou-se graficamente a performance de cada produto analisado com a média geral de todos os produtos, utilizando a média 1979-1981 como base 100. A dinâmica de cada produto foi observada de maneira distinta para as décadas de setenta e oitenta (Gráficos 3.A a 3.F).

#### Dinâmica das exportações do CAI brasileiro:

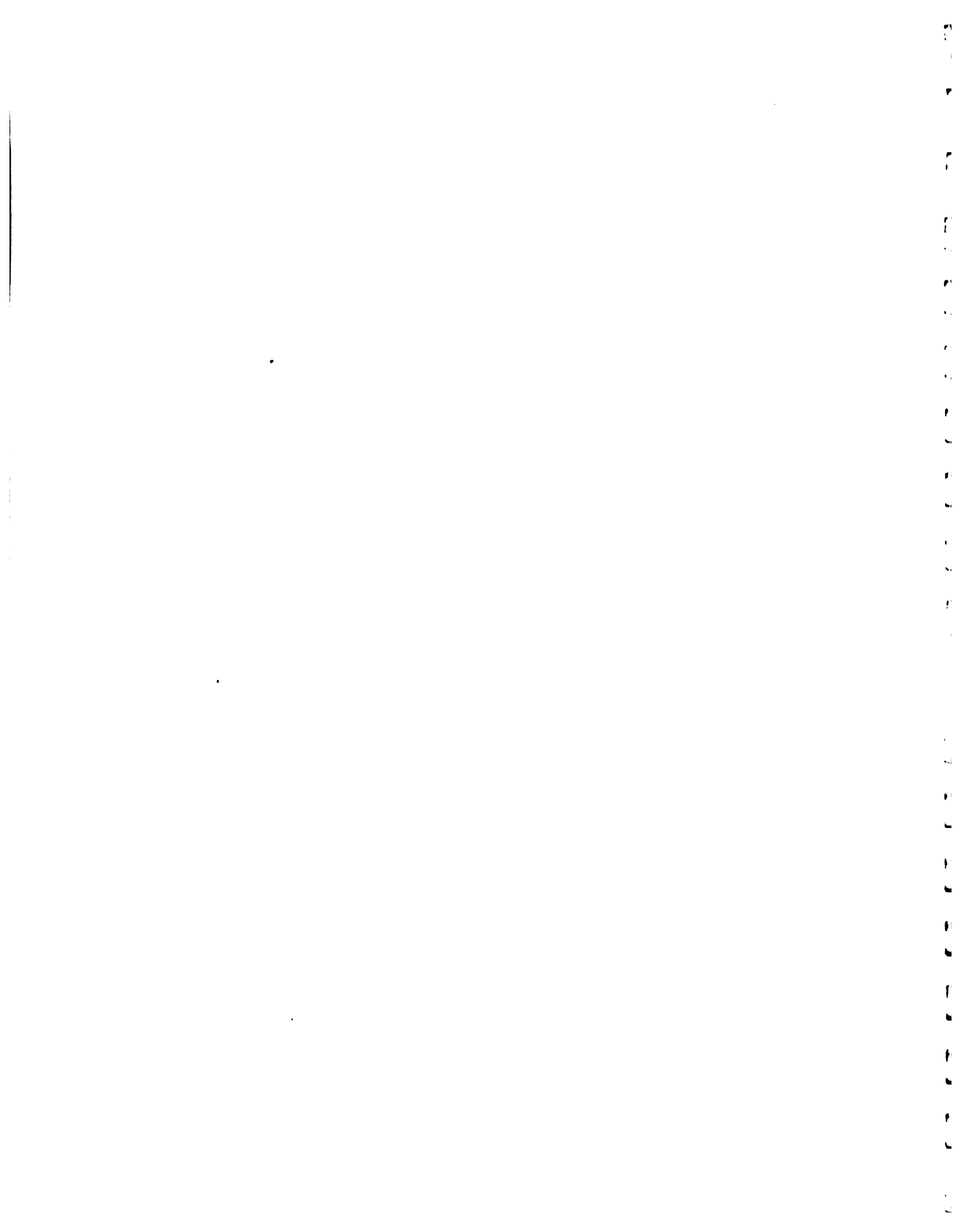
A partir dos gráficos 1, 2 e 3 pode-se inferir algumas conclusões sobre as principais mudanças na pauta de exportações do país. A saber:

1. Os produtos agrícolas tradicionais (açúcar, café, cacau e algodão), que representavam 70% das exportações do país no começo dos anos setenta, representam apenas 25% atualmente. Ademais, dentre os sete produtos cujas exportações apresentam comportamento decadente na década de 80, seis pertencem a estes complexos tradicionais (Gráficos 3.A a 3.F). O café é o produto de maior decadência, passando de 45% da pauta (1º lugar) em 1971 para 13% em 1990 (3º lugar).

2. O complexo soja, que foi o grande sucesso ao longo dos anos setenta, com uma participação na pauta que eleva-se de 9 a 28% entre 1971/72 e 1981/82, estaciona desde então no patamar dos 30%. Novos complexos, antes pouco conhecidos, como os cítricos (suco concentrado de laranja), a madeira, o tabaco e as carnes participam crescentemente da pauta agroindustrial dos anos oitenta.

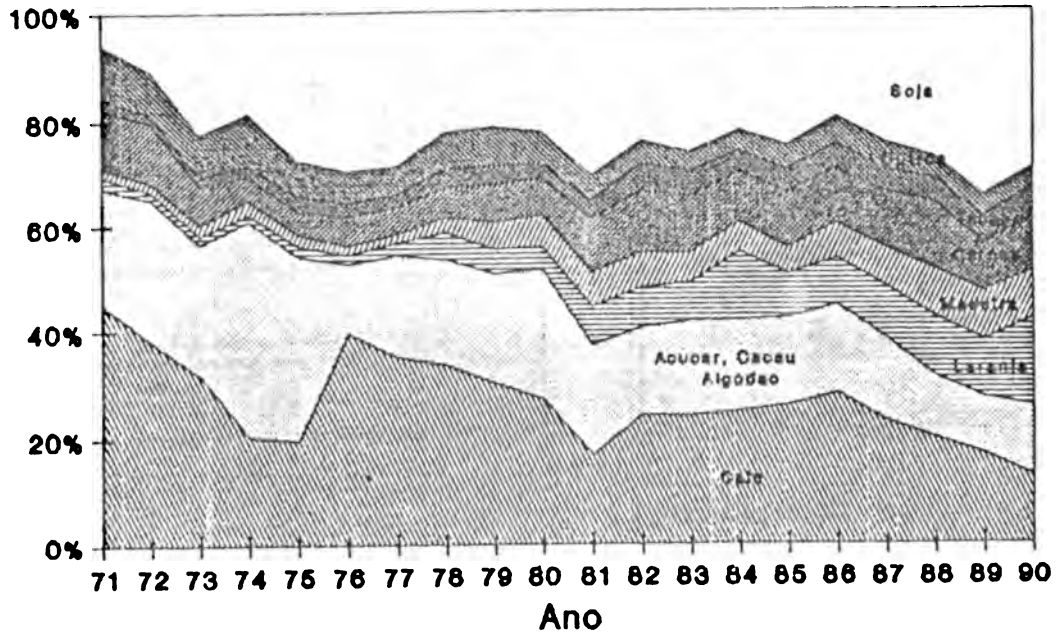
---

5. Compreendem os produtos brutos a soja e o café em grãos, o algodão bruto, o fumo em folhas e os açúcares cristal e demerara (que apesar de não serem "brutos", são normalmente produzidos na própria usina de cana). Os farelos e pastas compreendem aqueles originários do processamento da soja, da celulose, dos citrus e do cacau. Os produtos industrializados compreendem os óleos de soja e de algodão, os sucos de frutas, os fios e tecidos de algodão, o álcool de cana, as carnes industrializadas.





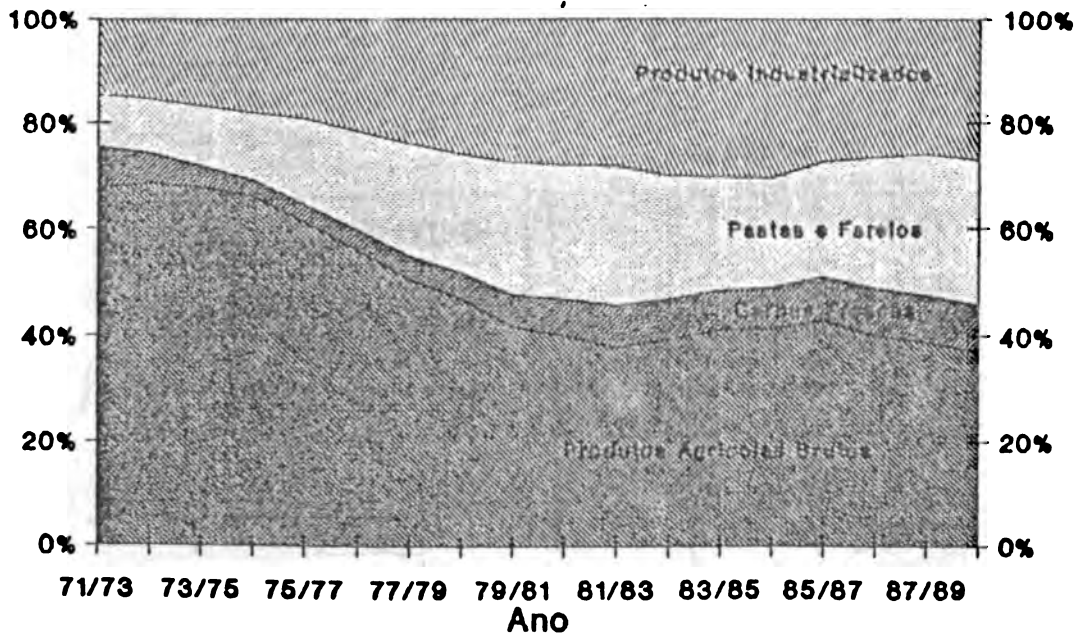
## BRASIL: EVOLUCAO PERCENTUAL DAS EXPORTACOES AGROINDUSTRIAIS



Fonte: CACEX e Boletins do Banco Central

Gráfico 2

## BRASIL: EXPORTACOES AGROINDUSTRIAIS (de acordo com o grau de elaboracao)



Fonte: CACEX/BACEN - Média Móvel 3 anos.



Gráfico 3A

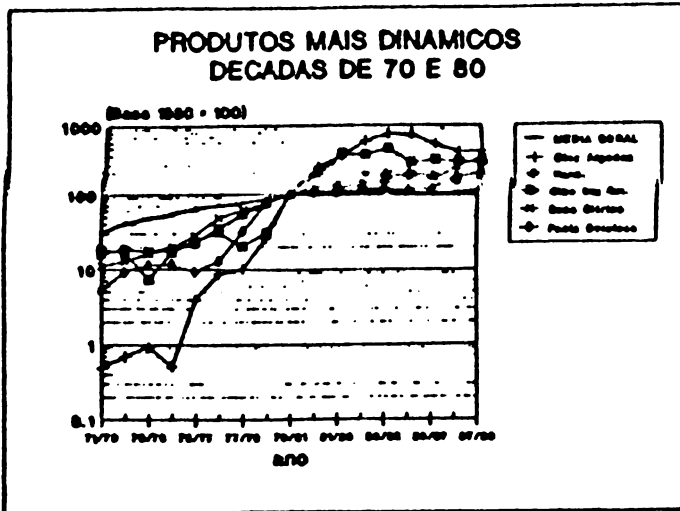


Gráfico 3B

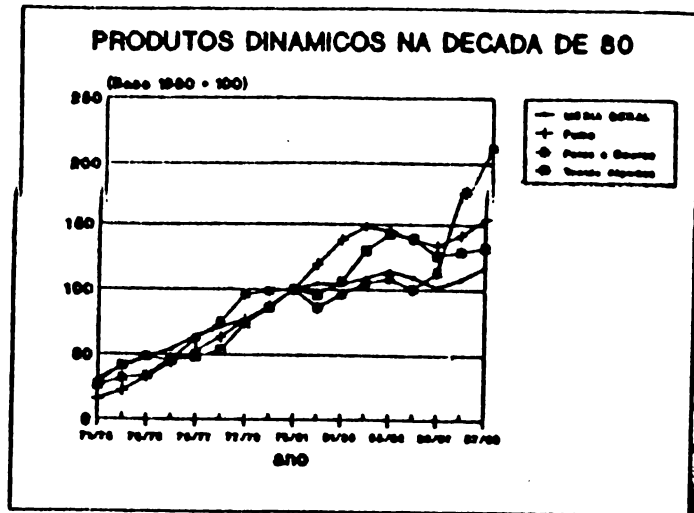


Gráfico 3C

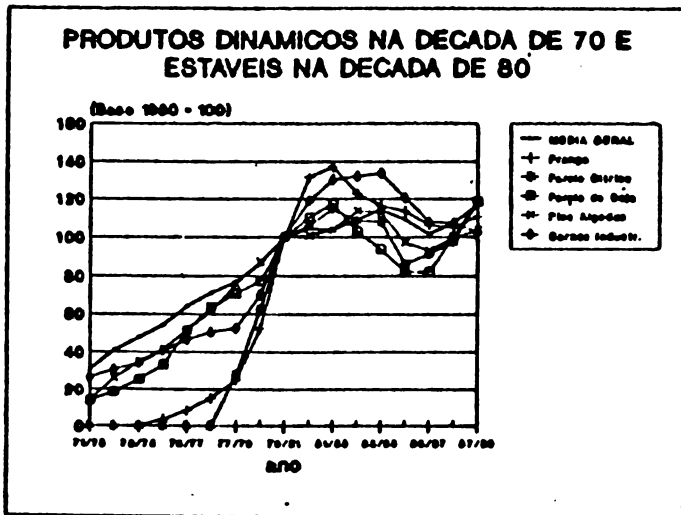


Gráfico 3D

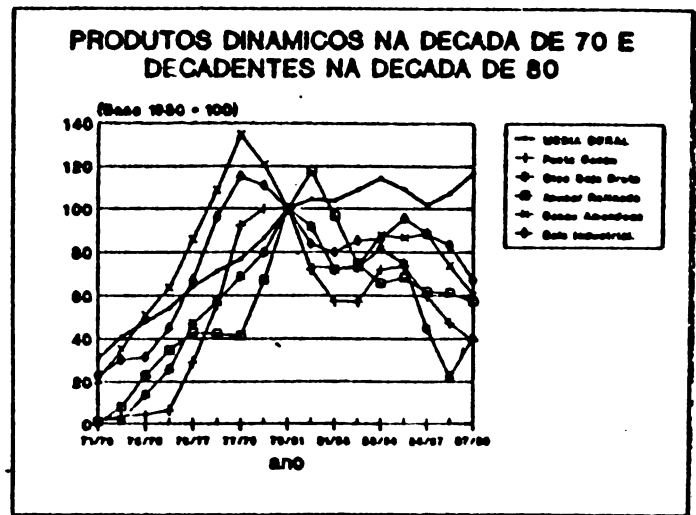


Gráfico 3E

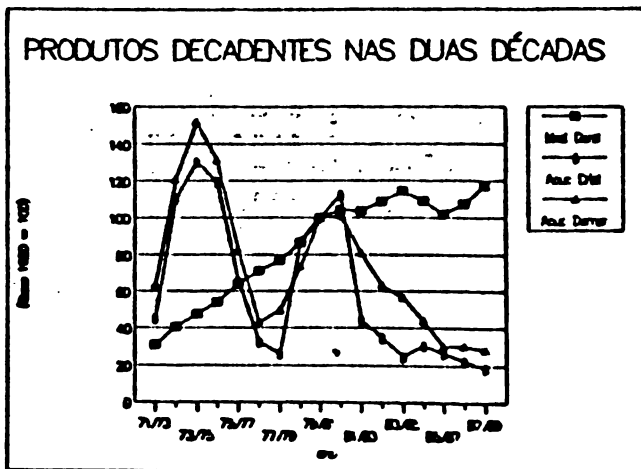
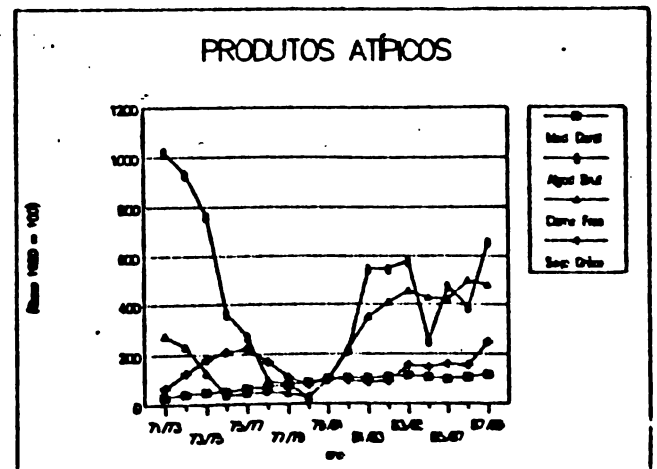


Gráfico 3F



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

3. A mudança mais importante, entretanto, refere-se não aos complexos em si que ganham ou perdem espaço, mas sim a uma tendência clara que indica que a inserção futura do país nos mercados externos passa crescentemente pelo comércio de produtos com maior valor adicionado, ou seja, com maior grau de industrialização. No gráfico 2, pode-se notar uma tendência clara para o comércio de produtos industrializados, bastante acentuada a partir da década de oitenta.

Dos oito produtos mais dinâmicos do comércio agroindustrial brasileiro desde os anos setenta, seis são produtos com alto valor adicionado: derivados da madeira, óleo refinado e tecidos de algodão, óleo de soja refinado e suco de laranja (gráficos 3.A e 3.B). Ora, tais produtos possuem não apenas maiores valores agregados mas, sobretudo, incorporam maior grau de tecnologia. Isto produz uma diferenciação importante no mercado mundial que não vem somente da produção agrícola em si, mas também, e cada vez mais, das modificações sofridas no processamento industrial.

Com esta diferenciação crescente o país consegue "fugir" das barreiras protecionistas normalmente vigentes para produtos brutos. Este é o caso das pastas química e mecânica de celulose, dos sub-produtos da indústria cítrica (farelos, óleos, pectina), das carnes industrializadas, dos tecidos de algodão, entre outros. Os efeitos negativos das políticas protecionistas dos países desenvolvidos tendem a se atenuar a partir de um comércio baseado em produtos industrializados e diferenciados.

A capacidade de diferenciação de sub-produtos e, até mesmo, de rápida reorientação da produção, parece permitir que determinados produtos do CAI encontrem uma demanda seletiva no exterior, escapando das barreiras protecionistas normalmente impostas.

Na TABELA 2 é apresentado um resumo detalhado da posição do Brasil e de seus principais concorrentes e compradores no mercado internacional de cada um dos dez complexos exportadores mais importantes <sup>(6)</sup>. São também apresentados os principais problemas do mercado mundial em cada complexo, as perspectivas da demanda, os mercados potenciais e as perspectivas de competitividade externa do Brasil.

#### **Produtos com "oferta exportável" potencial:**

Quanto a produtos de alto potencial, em função das vantagens comparativas que o país possui (ainda que não apresentem fluxos históricos consideráveis na exportação), pode-se identificar pelo menos dois grupos importantes:

---

6. Os dez complexos analisados representam juntos 95% das exportações globais do CAI brasileiro.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

Tabela 2

SIMPÓSIO/PROBLEMA	SITUAÇÃO MONDIAL		SITUAÇÃO DO BRASIL		PROBLEMAS DO MERCADO MONDIAL		OPORTUNIDADES E RISCOS PARA O BRASIL (RP)		Perspectivas Gerais de Competitividade do país		RECOMENDAÇÕES PARA O SEU COMPLETAMENTO
	Produção	Consumo (1970-1980)	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	FAVORES	DESAVANTES	
ALUM	64,3 BT (1981)	77,9 BT (1981)	EM (1971) CAN (1971) JAP (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) JAP (1971) USA (1971) FR (1971)	2400 BT 770 B.000	7,2%	Concorrência entre Estados Unidos	Brasil - (Elevado) França - (Crescente) Jap - (Preocupado)	- Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)
Ferro	46,3 BT (1971)	73,3 BT (1971)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	6100 BT 2622 B.000	4,2%	CEI: substituição e produção de aço (substituição e produção de aço)	Japão Leste Europeu	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
Óleo	16,9 BT (1981)	3,9 BT (1981)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	1100 BT 45 B.000	17,4%	Acordo Preferencial CEI/CEP	Estados Unidos Japão	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Ampliação do mercado interno	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Baixa produtividade - Falta de controle eficazmente - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)
CAFE	3,4 BT (1971)	4,1 BT (1971)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	600 BT 2000 B.000	7%	Acordo Preferencial CEI/CEP	Estados Unidos Japão	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Ampliação do mercado interno	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Baixa produtividade - Falta de controle eficazmente - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)
MADEIRA	110 BT (1971)	21 BT (1971)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	600 BT 2000 B.000	(sem)	Alguns protecionismos via tarifas	Estados Unidos Japão	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Ampliação do mercado interno	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Baixa produtividade - Falta de controle eficazmente - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)
Papel	70 BT (1971)	12 BT (1971)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	600 BT 2000 B.000	(sem)	Alguns protecionismos via tarifas	Estados Unidos Japão	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Ampliação do mercado interno	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Baixa produtividade - Falta de controle eficazmente - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)
LARANJA	1,3 BT (1971)	1,3 BT (1971)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	600 BT 2000 B.000	10%	Concorrência entre Setor Clientes	Estados Unidos Japão	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Ampliação do mercado interno	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Baixa produtividade - Falta de controle eficazmente - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)
CARNE	48 BT (1971)	5,7 BT (1971)	EM (1971) CAN (1971) USA (1971) FR (1971)	CE (1971) USA (1971) FR (1971)	300 BT 100 B.000	4%	Fortes protecionismos setoriais de CEI e Japão	Estados Unidos Japão	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Ampliação do mercado interno	- Baixo custo de terra e mão-de-obra - Baixa produtividade - Baixa produtividade - Falta de controle eficazmente - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)	PREOCUPANTE - Elevados custos de insumos. - Alto crescimento de insumos. - Baixa produtividade - Baixa capacidade de absorção de tecnologia (transferir)

Nota: Os dados são para 1980, exceto o açúcar (1981).  
Nos casos em que não foram encontrados dados estatísticos para certos produtos, foram utilizados os dados de 1970.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



Tabela 2 (Continuação)

CATEGORIA	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO		SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO		SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO		SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO		PROSPECTIVAS PARA O SETOR COMPETITIVO
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
1	6,5 MF (1221)	20 (1221)	171 of (1970)	511 R. 000 (1970)	Companias multi-nacionais	Estimulando o crescimento econômico	MP, China, República e América do Sul.	- Baixa estabilidade - Ampliação de mercado interno - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial
2	2,0 MF (1541)	20 (1541)	100 of (1970)	215 R. 000 (1970)	Forte concorrência (Indústria, Indústria)	Crescente	MP, China, República e América do Sul.	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial
3	10 MF (1721)	20 (1721)	97 of (1970)	140 R. 000 (1970)	Forte concorrência (Indústria, Indústria)	Forte, Indústria Crescente	MP, China, República e América do Sul.	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial
4	10 MF (1921)	20 (1921)	100 of (1970)	140 R. 000 (1970)	Forte concorrência (Indústria, Indústria)	Forte, Indústria Crescente	MP, China, República e América do Sul.	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial
5	10 MF (2121)	20 (2121)	100 of (1970)	140 R. 000 (1970)	Forte concorrência (Indústria, Indústria)	Forte, Indústria Crescente	MP, China, República e América do Sul.	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial	- Baixa estabilidade - Baixa paridade industrial - Baixa paridade industrial

1. Dados são para 1980, exceto o ano de 1981.  
 \* Os valores são em milhões de dólares.  
 \*\* Os valores são em milhões de dólares.  
 \*\*\* Os valores são em milhões de dólares.



1. As frutas tropicais "in natura" ou industrializadas: em especial, manga, melão, papaya, abacaxi, laranjas doces e mandarinas, limão tahiti, maracujá, goiaba e lichia. Apesar de ser o maior produtor mundial de frutas, o Brasil exportará apenas um total de 240 mil T de frutas "in natura" em 1991, gerando uma receita estimada em cerca de US\$ 60 milhões. Este valor situa-se bem baixo dos mais de 1 bilhão de dólares em exportação de frutas obtido por países como Chile, Espanha, África do Sul e Israel.

2. As especiarias tipo, entre outras, castanha de cajú, pimenta do reino e gengibre. Fala-se também bastante de palmito em conserva e acerola como produtos de grande potencial, nos quais o Brasil teria vantagens competitivas evidentes.

### 1.2- CARACTERISTICAS DOS PRODUTOS DESIGNADOS COMO "OFERTA EXPORTAVEL"

A partir dos anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), além de outras fontes específicas, foram levantados:

A. Os volumes de produção (produção, área e rendimento) de 1982, 1985, 1988 e 1990, para todos os produtos dos 10 complexos mais importantes da "oferta exportável".

B. As principais características do produto principal e de seus derivados, em termos de formas de produto comercializadas externamente, variedades, tecnologia e processos agropecuários e agroindustriais utilizados, etc. (para os 10 complexos mais importantes).

C. As principais zonas de produção em termos de Estados da Federação ou Regiões Administrativas, para 1985 e 1989.

D. Os volumes comercializados nas últimas duas a três safras (produção, exportação, importação, esmagamento, estoque inicial, estoque final, perdas, etc.) para cada produto dos três principais complexos exportadores: soja, laranja e café (58% das exportações do CAI brasileiro).

E. Os principais mercados de destino (CEE-12, Europa do Leste, EUA-Canadá, EFTA e outros) em 1987, para cada produto dos dez complexos exportadores mais importantes. Os dados são apresentados em termos de receita e importância relativa de cada bloco importador.

F. Outras informações pertinentes: algumas observações sobre as importantes mudanças no padrão de crescimento do setor agroindustrial brasileiro ao longo das duas últimas décadas.



## - SOJA -

**A. Volumes de Produção:**

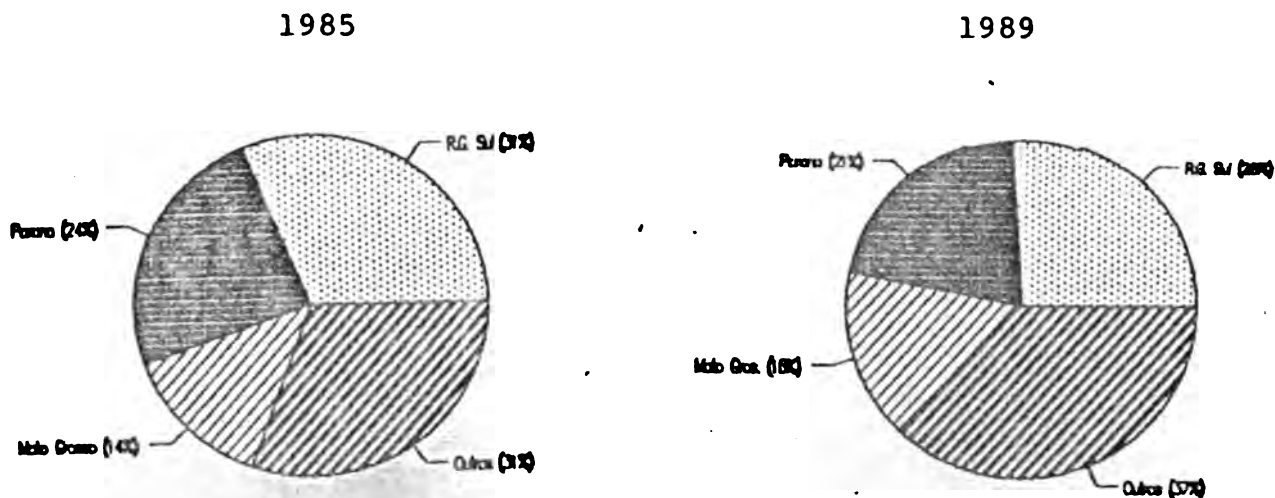
Ano	Produção (T)	Area (ha)	Rendimento (kg/ha)
1982	12.836.047	8.203.277	1.565
1985	18.278.585	10.153.405	1.800
1988	18.016.170	10.519.972	1.713
1990	19.887.642	11.481.094	1.732

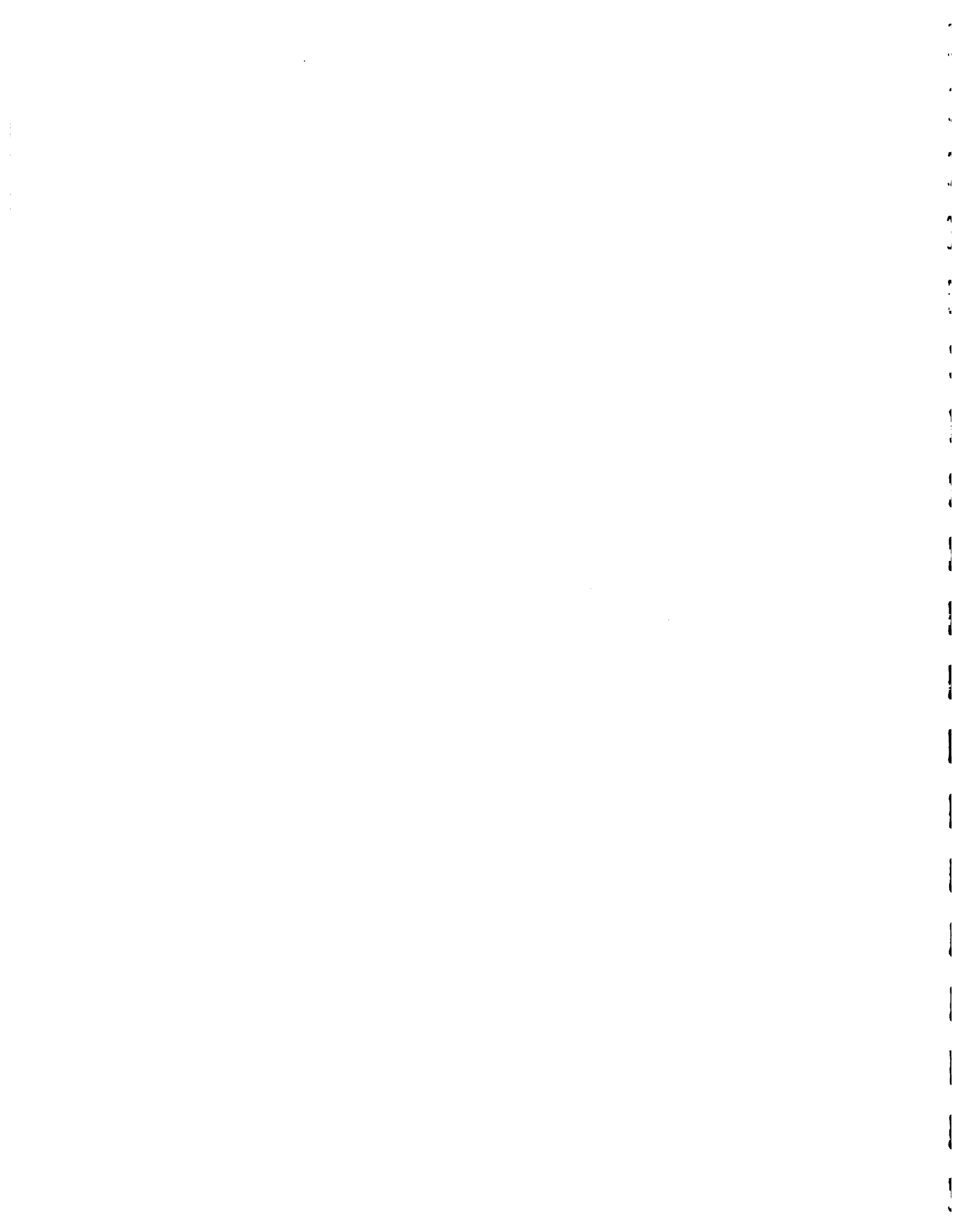
Fonte: IBGE

**B. Características do Produto:** a soja é a planta oleaginosa mais produzida no mundo atual, sendo o seu grão fonte de proteína na alimentação humana e animal. A trituração dos grãos possibilita a obtenção do farelo de soja, utilizado basicamente em rações animais (contém proteína de excelente qualidade), e do óleo comestível, utilizado na alimentação humana. Este óleo, apesar de ainda ser o mais consumido no mundo, vem sofrendo uma crescente concorrência dos óleos de palma, colza e girassol.

**C. Zonas de Produção:**

## Produção de Soja





**D. Volumes Comercializados (Complexo Soja):**

(em milhares de toneladas)

Discriminação	1988/89	1989/90 (1)	1990/91 (2)
<b>GRAO</b>			
Estoque inicial	475	1.493	1.094
Produção	23.929	20.101	19.000
Importação	63	0	250
Exportação	4.585	3.600	3.200
Esmagamento	16.189	15.200	15.000
Sementes/perdas	1.150	1.100	1.050
Outros	1.050	600	300
Estoque final	1.493	1.094	794
<b>FARELO</b>			
Estoque inicial	298	437	393
Produção	12.687	11.856	11.700
Exportação	9.748	8.900	8.800
Cons. interno	2.800	3.000	3.000
Estoque final	437	393	293
<b>OLEO</b>			
Estoque inicial	134	164	143
Produção	3.014	2.829	2.790
Importação	20	0	0
Exportação	857	800	750
Con. interno	2.147	2.050	2.050
Estoque final	164	143	133

(1) Previsão; (2) Projeção

Fonte: CFP/DAEP/SUPEX Setembro 1990





## - LARANJA -

## A. Volumes de Produção:

Ano	Produção <sup>(1)</sup>	Area (ha)	Rendimento (frut/ha)
1982	57.991.021	589.967	98.259
1985	71.071.533	663.063	107.187
1988	75.565.192	805.692	93.789
1990	87.531.484	910.497	96.136

(1) em milhares de frutos. Fonte: IBGE

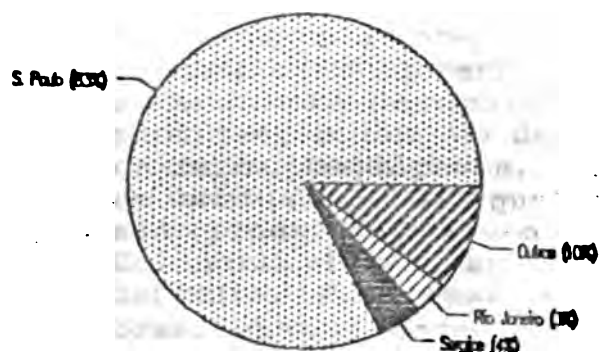
B. Características do Produto: as frutas cítricas podem ser exportadas "in natura" ou sob diversas formas de produtos industrializados. Para o Brasil, a quase totalidade das exportações de cítricos consiste no suco de laranja concentrado e congelado (SLCC). Há ainda o suco refrigerado, o farelo de polpa cítrica, os óleos essenciais retirados da casca e a pectina. O suco brasileiro tem recebido a classificação tipo A, a melhor de todas.

O farelo de polpa é utilizado para alimentação animal, sendo dele retirado ainda o D'limonele (usado na produção de aromas, flavorizantes, e como base para resinas e adesivos). O óleo é utilizado como lubrificante em equipamentos de alta precisão, na fabricação de alimentos, cosméticos e perfumes. A pectina é utilizada como espessante e conservante.

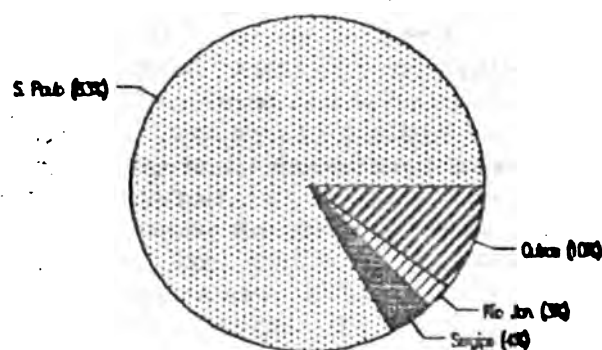
## C. Zonas de Produção:

## Produção de laranja

1985



1989





**D. Volumes Comercializados (Complexo Citrus):**

Suco de laranja concentrado e congelado (milhões de galões):

Discriminação	1987/88	1988/89	1989/90
Estoque inicial	29,7	13,1	8,3
Produção	244,8	245,8	344,8
Cons. doméstico	6,9	6,9	6,9
Exportação	254,5	243,8	330,7
Estoque final	13,1	8,3	15,5

Fonte: Foreign Agricultural Service, USDA

**- CAFÉ -****A. Volumes de Produção:**

Ano	Produção (T)	Area (ha)	Rendimento (kg/ha)
1982	1.915.861	1.895.486	1.011
1985	3.821.292	2.533.762	1.508
1988	2.737.660	2.975.245	920
1990	2.926.184	2.905.818	1.007

Fonte: IBGE

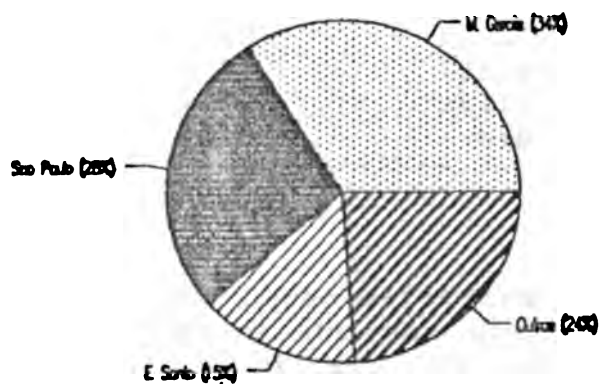
**B. Características do Produto:** o café é uma planta estimulante, exportada essencialmente sob duas formas: em grãos (ou crú) e industrializado. Sua cotação nas Bolsas de Mercadorias depende de uma classificação que é feita a partir de normas e padrões de qualidade (tipo de bebida, impurezas, etc). Existem dois tipos de café, o arábica e o robusta, sendo o primeiro de melhor qualidade. No Brasil predomina a produção de café tipo arábica. A maioria dos cafeicultores prepara o café pela via seca, obtendo o chamado café de terreiro, cuja qualidade, bastante variável, será função das condições climáticas, zonas ecológicas de produção, condições de colheita, preparo e armazenamento. Já os cafés despulpados, quando bem preparados, resultam sempre em bebidas de boa qualidade, independente da região em que são produzidos (é o que ocorre com os cafés finos da Colômbia, Nicarágua e Costa Rica). Segundo especialistas consultados, apenas pouco mais de um terço da produção brasileira é café de boa qualidade, destinada portanto à exportação.



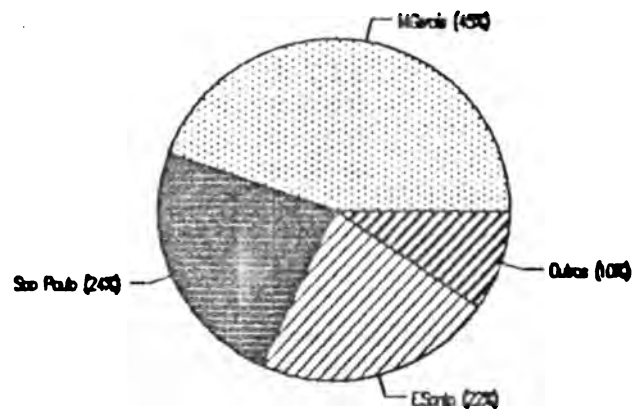
## C. Zonas de Produção:

## Produção de café

1985



1988

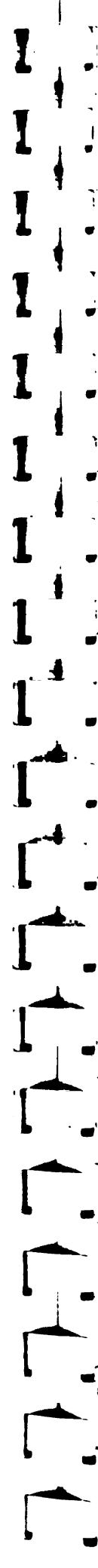


## D. Volumes Comercializados (Complexo Café):

(em milhões de sacas de 60 kg)

Discriminação	Jan-Mar	Abr-Jun	Jul-Set	Out-Dez	Jan-Mar	Abr-Jun
	1990	1990	1990	1990	1991	1991
Estoque inic. pr.	16,20	10,00	6,26	9,47	12,63	7,85
Produção	0,00	2,21	9,26	9,26	2,16	0,00
Suprimento	16,20	12,21	15,52	18,73	14,79	7,85
Consumo interno	2,10	2,20	2,20	2,10	2,10	2,10
Exportação	4,10	3,75	3,85	4,00	4,00	4,00
Estoque fin. priv.	10,00	6,26	9,47	12,63	8,69	1,75
Estoque governam.	17,10	17,10	17,10	17,10	17,10	17,10

Fontes: FEBEC, FIBGE



## - MADEIRA -

## A. Volumes de Produção:

-----		-----	
Madeira	Produção (mil m <sup>3</sup> )	Pasta Química	Produção (mil T)
-----		-----	
1982	220.064	1982	3.111
1985	236.258	1985	3.715
1988	251.651	1988	4.190
1990	n.d.	1990	4.351
-----		-----	

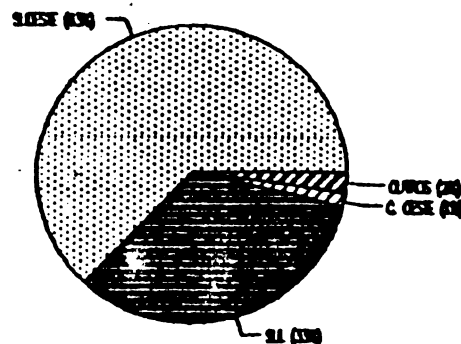
Fonte: FAO

Fonte: ANFPC

B. Características do Produto: o complexo madeira/celulose apresenta uma grande variedade de produtos e sub-produtos exportados. Os principais são madeira serrada, madeira compensada e pasta química (ou celulose). Comercialmente, as madeiras podem ser classificadas em duas categorias: madeira mole (softwood), proveniente de coníferas, produz fibras longas; e madeira dura (hardwood), proveniente de árvores não-coníferas ou folhosas, produzindo fibras curtas. A pasta química ou celulose é o produto obtido a partir do processo de transformação química ou mecânica da madeira, constituindo o material básico utilizado na produção dos diversos tipos de papel. O Brasil produz basicamente madeira de fibras curtas, obtida normalmente do *Eucaliptus*, a qual permite ganhos significativos de produção originando um produto final com boas características (lisura, boa formação, estabilidade dimensional, resistência à flambagem, e facilidade de impressão). As fibras longas são obtidas basicamente a partir de *Pinus*. As chapas de madeira compensada podem ser multilaminadas e sarrafeadas. A chapa multilaminada é feita exclusivamente por lâminas unidas por um adesivo, ao contrário da sarrafeada, cujo miolo é composto de sarrafos estreitos, com lâminas de madeira aplicadas na superfície.

## C. Zonas de Produção:

FLORESTAS IMPLANTADAS  
Produção de lenhas e de toras em 1987







## - FUMO EM FOLHAS -

## A. Volumes de Produção:

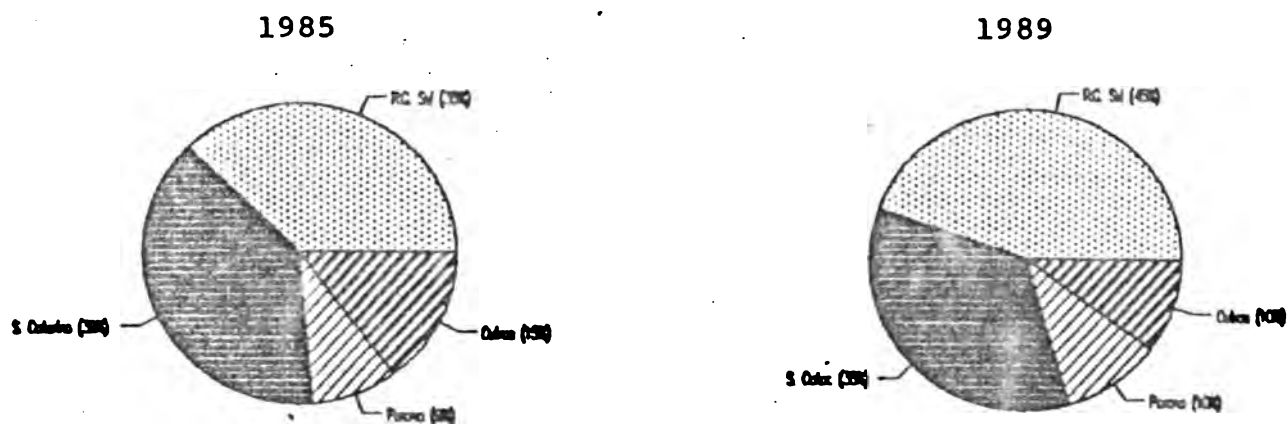
Ano	Produção (T)	Area (ha)	Rendimento (kg/ha)
1982	420.329	317.231	1.325
1985	410.474	268.992	1.526
1988	430.979	280.486	1.537
1990	444.414	272.365	1.632

Fonte: IBGE

B. Características do Produto: fumo é o nome vulgar de diversas plantas do gênero *Nicotiana*, notadamente N. tabacum e N. rustica. A maioria dos cultivos de fumo para a indústria origina-se da espécie tabacum. Trata-se de uma planta anual (ou semi-perene em algumas regiões tropicais) que possui numerosos tipos, variedades e linhagens híbridas. O fumo é geralmente comercializado na forma de folhas cruas ou fumo bruto, sendo submetido a uma cura em estufas e, então, à ressecagem e/ou fermentação. Esta cura é responsável pelo amarelecimento lento e gradual das folhas colhidas, secagem e retirada total da umidade da folha e do talo. Os quatro tipos mais importantes de fumo no comércio mundial são: flue-cured ou fumo claro (56% da produção mundial), burley ou fumo escuro (10%), tabaco do oriente (13%) e tabaco escuro seco ao ar (15,5%). Os fumos dos tipos flue-cured, burley e oriental são, dessa forma, responsáveis por 80% do total produzido no mundo, sendo o primeiro o mais cultivado (uma tendência que data dos anos quarenta, com a difusão de cigarros mais leves pelos americanos). O Brasil é o segundo maior exportador mundial, comercializando basicamente fumo tipo "flue-cured".

## C. Zonas de Produção:

## Produção de Fumo





## - CARNES -

## A. Volumes de Produção:

BOVINA	Produção (mil T)	FRANGO	Produção (mil T)
1982 <sup>(1)</sup>	2.397	1982	1.619
1985	2.218	1985	1.549
1988	2.443	1988	2.140
1990	2.296	1990	2.424

(1) Dado FAO. Fonte: GATT

Fonte: FAO

## B. Características do Produto:

**CARNE BOVINA:** O Brasil participa do mercado mundial exportando basicamente dois tipos de carne: a carne "in natura" (fresca, refrigerada ou congelada) e a carne industrializada (ou Corned Beef). A carne *in natura* provém normalmente do traseiro do boi, a parte mais nobre, sendo que o dianteiro compõe normalmente a carne industrializada. Esta última é também produzida e exportada pelo Brasil em operações de "draw-back" (o boi é importado a baixo custo da Argentina e Uruguai, abatido, processado e reexportado na forma de Corned Beef). O Brasil exporta também para a CEE carnes da chamada "Cota Hilton", que são cortes nobres de animais de cerca de 2,5 anos, obtendo preços até quatro vezes superiores (este produto entra isento de tributação).

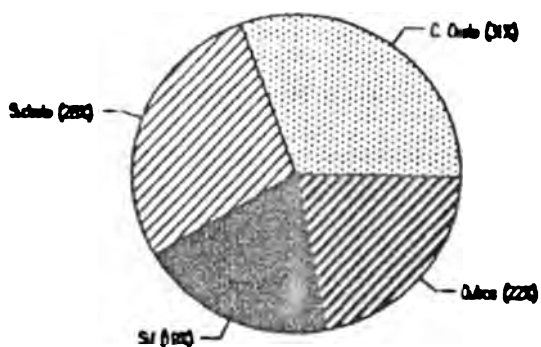
**CARNE DE FRANGO:** O Brasil exporta frango congelado inteiro e em partes. O rendimento e a qualidade de carcaça do frango brasileiro está entre os melhores do mundo, sendo o sabor também de boa qualidade devido ao não uso de farinha de peixe na ração, como o fazem outros países. O frango comercializado em partes recebe, no caso do peito e coxa, um preço cerca de 50% superior ao do frango inteiro, com cotações levemente inferiores para asa, sobreasa e sobrecoxa. Esta forma de exportação requer métodos de produção específicos, além de cuidados especiais no transporte e embalagem. As partes de frango não exportadas são facilmente absorvidas pelo mercado interno.



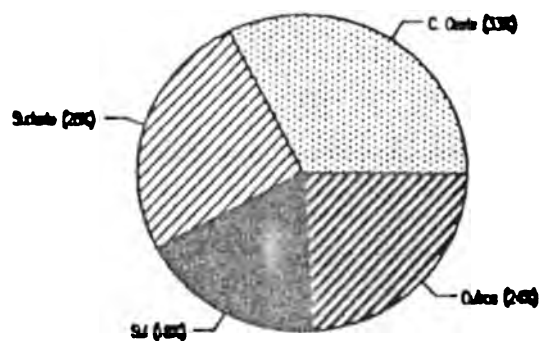
C. Zonas de Produção:

Carne Bovina  
(População de Bovinos)

1985

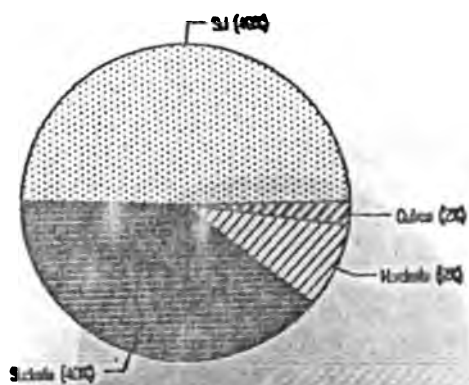


1989

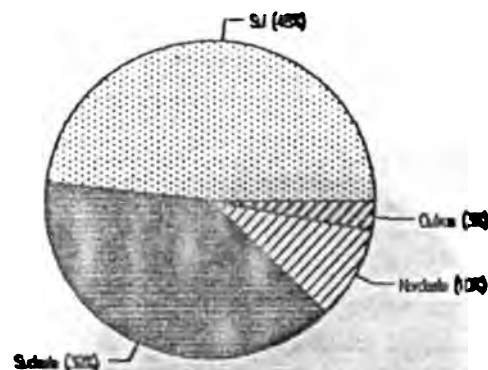


Carne de Frango  
(Produção de Frangos de Corte)  
(Fonte: APINCO)

1987



1991





## - AÇÚCAR -

**A. Volumes de Produção (cana-de-açúcar):**

Ano	Produção (T)	Area (ha)	Rendimento (T/ha)
1982	184.219.067	3.073.033	59.95
1985	245.904.175	3.851.522	63.85
1988	258.560.233	4.128.856	62.62
1989	260.643.347	4.093.231	63.68

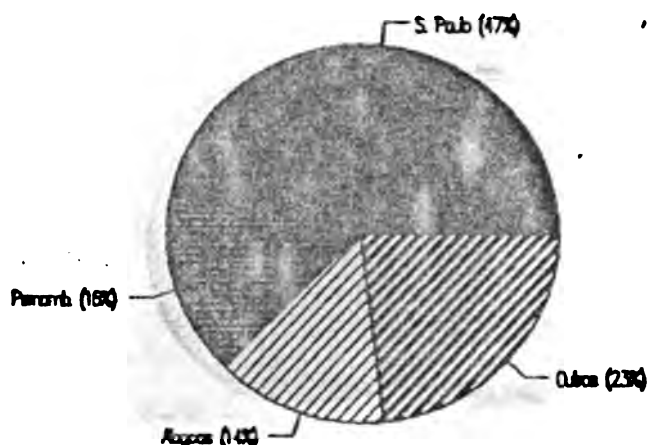
Fonte: IBGE

**B. Características do Produto:** o açúcar brasileiro é obtido da cana-de-açúcar, de onde também se originam os álcoois hidratado e anidro, utilizados como combustível em automóveis. De acordo com o final do processamento industrial, pode-se obter três tipos de açúcar (demerara ou bruto, cristal e refinado), além do melaço (utilizado basicamente na produção de álcool e em rações animais). O açúcar tem enfrentado a forte concorrência do HFCS (High Fructose Corn Syrup), produzido a partir do amido de milho, principalmente no Hemisfério Norte. A partir da década de 80, uma grande variedade de produtos hipocalóricos de origem sintética têm entrado no mercado, deslocando tanto a sacarose de cana e beterraba, como os açúcares de amido.

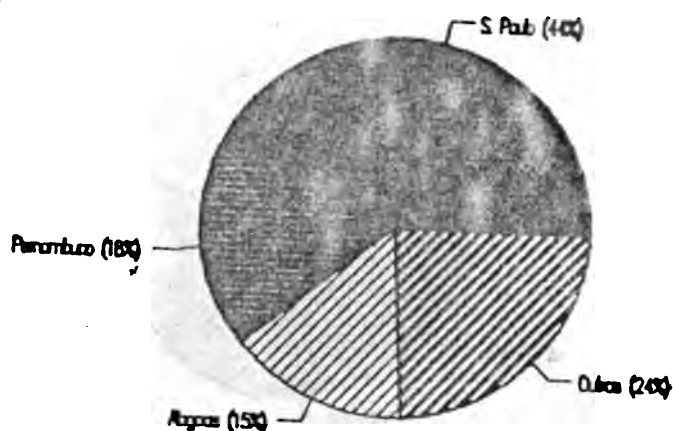
**C. Zonas de Produção:**

Cana moída para produzir açúcar

1985/86



1988/89







## - ALGODÃO -

## A. Volumes de Produção:

Ano	Produção (T)	Area (ha)	Rendimento (kg/ha)
1982	1.694.725	1.568.268	1.081
1985	2.667.923	2.252.876	1.184
1988	2.437.827	1.824.568	1.336
1990	1.774.569	1.383.604	1.283

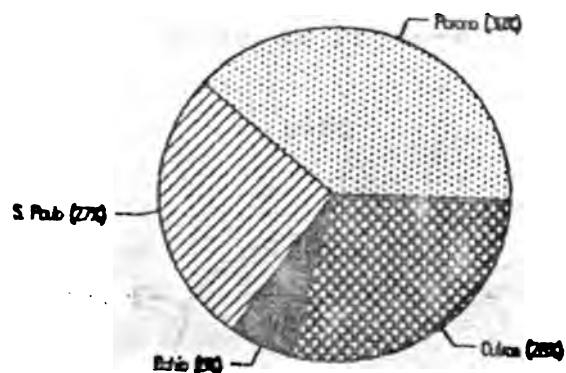
Obs: dados referentes a algodão herbáceo. Fonte: IBGE

B. Características do Produto: pertencente à família das Malváceas, o algodão é a mais importante das fibras naturais, sendo utilizado em larga escala nas indústrias têxteis. O beneficiamento do algodão dá origem ao caroço e à pluma. Do caroço são obtidos o óleo, a torta e o linter. A pluma origina, por sua vez, os fios de algodão, usados na fabricação de tecidos. No mercado internacional, o algodão em pluma é comercializado principalmente na forma de fardos de 218 kg. Existem, no Brasil, dois tipos de algodão: o anual ou herbáceo, de fibras curtas e médias, plantado na zona meridional do país, consegue atingir altas produtividades e responde por cerca de 90% da produção brasileira; o mocó, composto de fibras longas, extremamente resistente à seca, é uma planta perene cultivada principalmente na região setentrional.

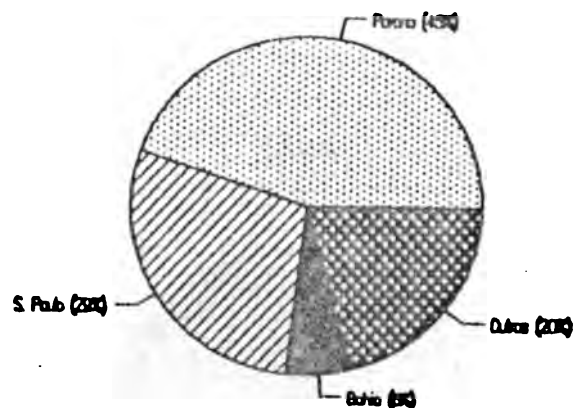
## C. Zonas de Produção:

## PRODUÇÃO DE ALGODÃO HERBÁCEO

1985



1989



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

## - CACAU -

## A. Volumes de Produção:

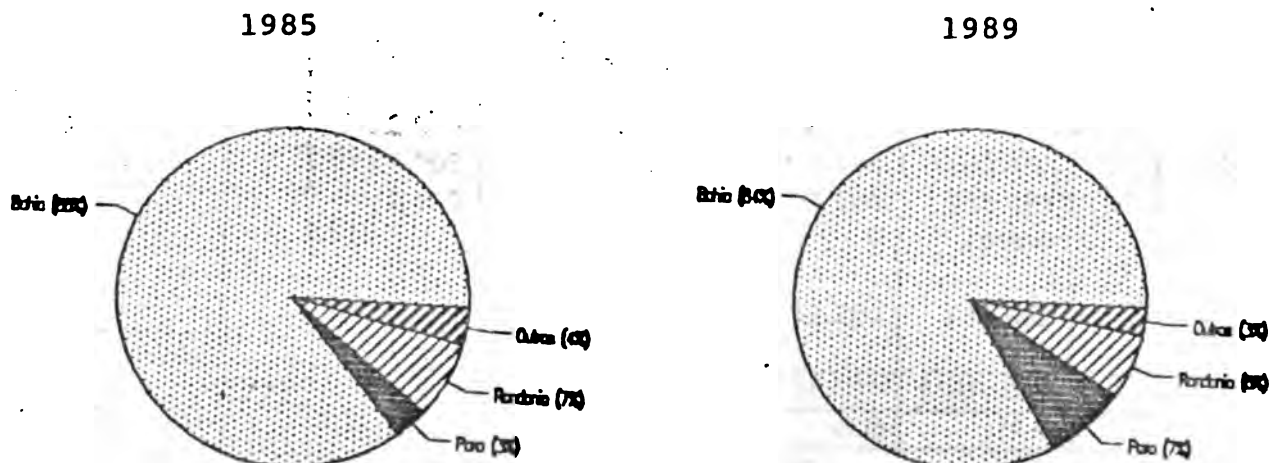
Ano	Produção (T)	Area (ha)	Rendimento (kg/ha)
1982	351.149	533.273	658
1985	430.789	649.070	664
1988	392.446	702.490	559
1990	359.625	664.369	541

Fonte: IBGE

**B. Características do Produto:** O cacauéiro é originário da bacia amazônica. Devido às exigências climáticas, a produção de cacau concentra-se numa zona relativamente estreita próxima ao equador, com pluviosidade entre 1500 e 2200 mm por ano. Acima de 2500 mm por ano, o cacauéiro é suscetível à doenças tipo podridão parda e vassoura de bruxa. Abaixo de 1100 mm/ano se faz necessária a irrigação. O cacauéiro exige uma temperatura mínima de 10°C. O cacau é um fruto contendo amêndoas (ou sementes) que são retiradas e colocadas para fermentar ainda na propriedade. Essa fermentação determinará a qualidade do cacau e, conseqüentemente, de seus subprodutos. O cacau é padronizado pela ABIC (Associação Brasileira das Indústrias Chocolateiras) em quatro categorias (tipo I, tipo II, baixo padrão e refugo), em função dos percentuais de mofo, insetos, ardósia, violeta compacto entre outras características. Essa classificação visa principalmente estimular a melhoria da qualidade do produto, bem como a uniformização da matéria prima utilizada pela indústria chocolateira e uma maior competitividade do produto nacional no mercado internacional. Prensadas as amêndoas, obtém-se a manteiga de cacau, da qual retira-se posteriormente o líquido e a massa de cacau. Esta última origina a torta de cacau. Obtém-se assim quatro subprodutos: líquido, massa, manteiga e torta.

## C. Zonas de Produção:

## Produção de Cacau





## E. Principais Mercados de Destino:

Tabela 3

<b>PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTACOES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO EM 1987</b>						
<b>COMPLEXO/PRODUTOS</b>	<b>CEE-12</b>	<b>Europa do Leste</b>	<b>EUA e Canada</b>	<b>EFTA</b>	<b>Outros</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SOJA</b>	1 175 490	666 450	2 013	1 106	479 476	2 324 535
Farelo	731 261	600 253	0	0	118 452	1 449 966
Graos	441 049	53 517	0	1 106	74 605	570 277
Oleo	3 180	12 680	2 013	0	286 419	304 292
<b>CAFE</b>	761 875	222 546	565 438	227 069	408 322	2 185 270
Em graos	713 857	174 678	493 907	225 649	351 105	1 959 196
Industrializado	48 018	47 868	71 531	1 440	57 217	226 074
<b>CELULOSE (P. quimica)</b>	146 625	275	118 422	0	128 188	393 510
<b>LARANJA</b>	445 932	3 028	426 072	967	29 738	905 737
Suco de laranja	370 731	3 028	426 072	967	29 704	830 502
Farelo de polpa	75 201	0	0	0	34	75 235
<b>CARNE BOVINA</b>	217 875	0	60 900	2 509	149 492	430 776
Fresca e congelada	97 771	0	0	2 234	107 660	207 665
Industrializada	120 104	0	60 900	275	41 832	223 111
<b>FUMO</b>	226 516	9 511	64 556	6 041	98 873	405 497
<b>CACAU</b>	51 729	153 923	298 341	313	44 323	548 629
Cru	41 922	112 098	95 540	217	15 810	265 587
Manteiga	8 341	6 139	153 335	96	16 171	184 082
Liquor e Pasta	1 466	35 686	49 466	0	12 342	98 960
<b>ACUCAR</b>	17 543	71 821	39 185	0	222 577	351 126
Refinado	0	0	721	0	158 909	159 630
Demerara	1 513	62 287	37 996	0	32 603	134 399
Cristal	0	0	0	0	30 583	30 583
Melaco de cana	16 030	9 534	468	0	482	26 514
<b>ALGODAO</b>	22 838	0	1 547	1 644	163 416	189 445
Bruto	20 208	0	0	1 644	138 327	160 179
Oleo	2 630	0	1 547	0	25 089	29 266
<b>FRANGO</b>	20 162	0	100	12 220	183 427	215 909
<b>Exportacoes Totais</b>	<b>3 086 585</b>	<b>1 127 554</b>	<b>1 576 574</b>	<b>251 889</b>	<b>1 907 832</b>	<b>7 950 434</b>
<b>Exportacoes por bloco (%)</b>	<b>(38,8)</b>	<b>(14,2)</b>	<b>(19,8)</b>	<b>(3,2)</b>	<b>(24,0)</b>	<b>100,0</b>

NOTAS: Somente para os 10 complexos exportadores mais importantes

Fonte: CACEX.

EFTA - European Free Trade Association (Suíça, Austrália, Suécia, etc.)

CEE-12 - Comunidade Economica Europeia (doze países)

(0) - Nulo ou não significativo



Tabela 4

<b>DESTINO DAS EXPORTACOES AGROINDUSTRIAIS BRASILEIRAS EM 1987 (PARTICIPACAO PERCENTUAL DE CADA BLOCO DE PAISES)</b>						
<b>COMPLEXO/PRODUTOS</b>	<i>Leste Europa</i>	<i>EFTA e CEE-12</i>	<i>EUA e Canada</i>	<i>SOMA dos 3</i>	<i>Resto do Mundo</i>	<b>TOTAL</b>
<b>SOJA</b>	28,7	50,6	0,1	79,4	20,6	100
Farelo	41,4	50,4	0,0	91,8	8,2	100
Graos	9,4	77,5	0,0	86,9	13,1	100
Oleo	4,2	1,0	0,7	5,9	94,1	100
<b>CAFE</b>	10,2	45,3	25,9	81,3	18,7	100
Em graos	8,9	48,0	25,2	82,1	17,9	100
Industrializado	21,2	21,9	31,6	74,7	25,3	100
<b>CELULOSE (P. quimica)</b>	0,1	37,3	30,1	67,4	32,6	100
<b>LARANJA</b>	0,3	49,3	47,0	96,7	3,3	100
Suco de laranja	0,4	44,8	51,3	96,4	3,6	100
Farelo de polpa	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100
<b>CARNE BOVINA</b>	0,0	51,2	14,1	65,3	34,7	100
Fresca e congelada	0,0	48,2	0,0	48,2	51,8	100
Industrializada	0,0	54,0	27,3	81,3	18,7	100
<b>FUMO</b>	2,3	57,4	15,9	75,6	24,4	100
<b>CACAU</b>	28,1	9,5	54,4	91,9	8,1	100
Cru	42,2	15,9	36,0	94,0	6,0	100
Manteiga	3,3	4,6	83,3	91,2	8,8	100
Liquor e Pasta	36,1	1,5	50,0	87,5	12,5	100
<b>ACUCAR</b>	20,5	5,0	11,2	36,6	63,4	100
Refinado	0,0	0,0	0,5	0,5	99,5	100
Demerara	46,3	1,1	28,3	75,7	24,3	100
Cristal	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100
Melaco de cana	36,0	60,5	1,8	98,2	1,8	100
<b>ALGODAO</b>	0,0	12,9	0,8	13,7	86,3	100
Bruto	0,0	13,6	0,0	13,6	86,4	100
Oleo	0,0	9,0	5,3	14,3	85,7	100
<b>FRANGO</b>	0,0	15,0	0,0	15,0	85,0	100

NOTAS: Somente para os 10 complexos exportadores mais importantes

EFTA - European Free Trade Association (Suíça, Austria, Suecia, etc.)

CEE-12 - Comunidade Economica Europeia (doze paises)

FONTE: CACEX





**F. Outras Informações Pertinentes:**

Mudanças importantes no padrão de crescimento do setor agrícola brasileiro têm sido observadas ao longo da última década (7). Ao contrário do que se passou nos anos setenta, a década de oitenta tem se caracterizado sobretudo pela valorização do mercado doméstico, fato responsável pelo dinamismo observado no setor agropecuário no final daquela década.

Esta mudança vem romper idéias predominantes da década de setenta, que explicavam o crescimento do setor agrícola a partir de uma política de estímulo às exportações, responsável pelo desenvolvimento de uma agricultura "modernizada", incentivada por crédito rural abundante a taxas subsidiadas. Estabelecia-se assim, nesta época, uma dicotomia clara entre as chamadas culturas modernizadas de exportação e as culturas alimentares de abastecimento interno, cujo padrão de crescimento acabou deteriorando-se ao longo da década de setenta. O crescimento da produção agropecuária naquele período acabou sendo mais um resultado da expansão da fronteira agrícola do que de ganhos efetivos de produtividade.

A década de oitenta foi marcada pela crise de financiamento do Estado (demonstrada sobretudo na falência do sistema de crédito rural) e pela deterioração da conjuntura internacional, com a forte queda dos preços mundiais, o aumento da concorrência e o agravamento do protecionismo nos principais países desenvolvidos. Tais fatos levaram não apenas ao crescimento da participação relativa do mercado interno como também a importantes ganhos de produtividade para a maioria das culturas agrícolas de relevância. Este crescimento pode ser visto no aumento da produtividade física determinado, em grande parte, por um melhor uso das tecnologias disponíveis.

No gráfico abaixo, pode-se notar a importância da parcela exportada da produção agrícola brasileira, a partir de sua evolução nas duas últimas décadas. Nota-se que, até o início da década de oitenta, a parcela da produção destinada à exportação cresceu até a casa de 35%. Depois ela diminuiu sensivelmente até chegar a cerca de 25%.

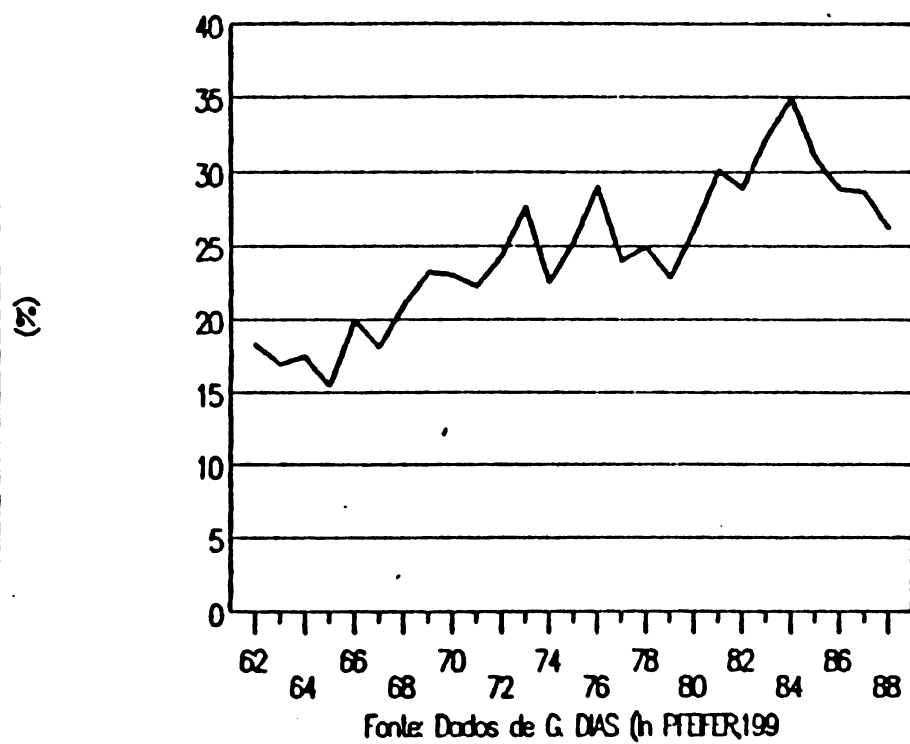
---

7. Sobre este tema, ver importantes artigos de DIAS, G.L.S. e REZENDE, G.C.



Gráfico 4

PARCELA EXPORTADA DA PRODUCAO AGRICOLA  
(Grau de Abertura)





1.3- Identificação dos produtos da "oferta exportável" que se considera que serão objeto de considerações específicas ou tratados de maneira particular dentro das negociações com os Estados Unidos no marco da "Iniciativa para as Américas".

É extremamente difícil prever o que vai ocorrer neste sentido nos próximos anos. Aparentemente, os produtos mais sensíveis nas negociações com os EUA serão:

- O suco de laranja, que é objeto atualmente de numerosos desacordos no que se refere a imposição pelos Estados Unidos de altas taxas de importação para entrada no seu mercado.

- A carne bovina, devido às numerosas restrições não-tarifárias de ordem sanitária (por exemplo, para controle da febre aftosa).

- O açúcar, uma vez que ainda vigora um acordo preferencial entre Estados Unidos e países da América Latina, entre eles o Brasil, com cotas de exportação pré-determinadas para aquele mercado.

- As frutas "in natura" em geral que, assim como a carne, estão sujeitas a restrições sanitárias (devido, por exemplo, à presença de mosca das frutas e antracnose).

Problemas graves serão, entretanto, enfrentados também no lado das importações, particularmente em produtos sensíveis como os cereais (o trigo em especial), o arroz e os produtos lácteos.

## 2. AVANÇOS NA REFORMA INSTITUCIONAL, LEGISLAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NOS PAISES DA ALC.

(contratação de consultor externo)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

### 3. AVANÇOS NA REFORMA DA POLÍTICA ECONÔMICA (1)

#### 3.1- INTRODUÇÃO

A década de 80 trouxe para a economia brasileira a necessidade de uma mudança drástica no padrão de financiamento do desenvolvimento até então seguido. Com a eclosão da crise da dívida externa no início dos anos 80, que veio se somar à crise energética já então em curso, ficou claro o esgotamento do modelo de desenvolvimento via substituição de importações, financiado em grande parte por poupança externa. A interrupção daquele fluxo de capitais externos e a forte elevação da taxa de juros no mercado internacional fizeram com que o país se defrontasse com a necessidade de elevar bruscamente a taxa de poupança doméstica, com vistas ao serviço da dívida externa e ao crescimento interno. No "front" interno, assistiu-se, a partir de meados da década, ao fracasso sucessivo dos diversos planos de estabilização heterodoxos então implementados.

O objetivo deste tópico do trabalho é examinar o processo de ajuste da agricultura brasileira da década de 80 até os dias atuais, com ênfase nas características diferenciais entre os períodos 1980/89 e 1990/91. Procurar-se-á verificar de que forma a política macroeconômica interagiu com a política setorial em termos agregados, bem como de forma mais desagregada para três produtos específicos, a saber: café, citrus e soja.

O tópico está organizado em três partes, além da introdução. Inicialmente, é apresentada uma visão geral das relações entre a política econômica global e o setor agrícola brasileiro, no período 1980/1991, onde se estabelecem os marcos institucionais para as análises subsequentes. A segunda parte abordará isoladamente a evolução das políticas diretas e indiretas de maior importância para o setor agrícola brasileiro: a política de preços mínimos, de crédito rural, a política geral de gastos do governo na agricultura e a política cambial. Finalmente a terceira parte abordará os três principais produtos da oferta exportável brasileira, soja, café e citrus, de forma mais detalhada. No item 3.4 serão apresentadas as informações disponíveis necessárias ao cálculo dos Producer Subsidy Equivalents (PSE) pelo IICA.

---

1. Tópico elaborado pelo professor Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ-USP).





### 3.2- A POLÍTICA ECONÔMICA E O SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO: DE 1980 A 1991.

Uma das características do comportamento do setor agrícola brasileiro durante os anos 80 foi a sua excepcional resistência à crise que se abateu sobre o país, como pode ser visto pelos dados da Tabela 5. Conforme a tabela, o produto real do setor agropecuário apresenta crescimento praticamente contínuo ao longo da década, ao contrário da indústria e a despeito da turbulência macroeconômica que caracterizou o país no período.

Em seguida, procurar-se-á apresentar uma descrição geral da evolução da política macroeconômica do Brasil no período 1980-91, com vistas a estabelecer cronologicamente os marcos institucionais para as discussões que se seguirão.

As quebras das safras agrícolas de 1978 e 1979 levaram o governo brasileiro a definir o que se convencionou chamar de "prioridade agrícola" a partir de 1979. Esta prioridade materializou-se basicamente de duas formas: em primeiro lugar, através da expansão do crédito de custeio, a taxas reais de juros bastante negativas. Em segundo lugar, através de uma reforma da política de preços mínimos, com a introdução dos preços-base, indexados e anunciados antes do plantio.

Com a crise cambial iniciada com a moratória mexicana de 1982, o governo inicia uma fase mais rigorosa de ajuste da economia, que consistia na redução dos déficits em conta-corrente. A fórmula utilizada para tal reajuste foi a desvalorização real do câmbio e políticas de redução da absorção interna. Assim, em fevereiro de 1983 houve uma maxi-desvalorização cambial de 30%, tornada efetiva pela indexação do câmbio ao Índice Geral de Preços-IGP. Em termos da redução da demanda global interna, o ajuste fiscal e monetário implicava na contenção do crédito doméstico. Estas medidas resultaram em queda no consumo doméstico, aumento das exportações e queda nas importações, como desejado, mas tiveram também como consequência, uma queda de 34% do PIB, e uma taxa anual de inflação de 211%. Para a agricultura isto significou uma redução na disponibilidade de crédito de custeio em 1983, bem como a introdução da correção monetária nos contratos de crédito rural.

A quebra de safra de 1983, a elevação dos preços internacionais das "commodities" e a própria crise cambial, que reduziu as possibilidades de importações de produtos agrícolas, provocaram elevações nos preços dos mesmos em 1984. Isto fez com que o governo anunciasse naquele ano uma forte elevação nos preços mínimos a vigorar na safra de 1985 (1984/85). Neste ano, a taxa do crescimento real do PIB total foi de 7,9%, enquanto a do PIB agropecuário foi de 9,96%. A inflação média, medida pelo IGP-FGV, foi de 225,5%.



Tabela 5. Índices de Produto Real. Brasil. 1980-1990.  
(Base 1980 = 100)

ANO	INDUSTRIA	AGROPECUARIA	TOTAL
1980	100.00	100.00	100.00
1981	91.15	109.97	95.61
1982	91.17	107.44	96.16
1983	85.84	106.82	92.88
1984	91.51	110.42	97.78
1985	99.08	121.42	105.55
1986	110.93	111.68	113.56
1987	111.90	128.40	117.67
1988	109.00	129.48	117.56
1989	112.14	133.17	121.44
1990	103.84	128.21	116.54

FONTE: IBGE (Conjuntura Economica, julho 1991)



No início de 1986 (fevereiro) foi editado o Plano Cruzado, a primeira das diversas tentativas heterodoxas de estabilização da década de 80. Entre as principais medidas estavam a reforma monetária que substituiu o cruzeiro pelo cruzado, o congelamento de preços e salários (que tiveram seus valores ajustados) e a desindexação da economia. Para a agricultura isto significou o fim da correção monetária nos contratos de crédito rural. Em seu lugar passou a vigorar um sistema de pré-fixação das taxas de juros no crédito de custeio, de 10% ao ano em termos nominais. Além disso, manteve-se uma política de baixas taxas de juros na economia.

A resultante destas políticas foi um verdadeiro "boom" nos investimentos agrícolas naquele ano, tanto pelo estímulo à tomada de crédito de custeio decorrente da desindexação quanto pelo estímulo à troca de ativos financeiros por ativos reais, causados pela política de juros nominais baixos, que já se percebia como negativos em termos reais.

Ao final de 1986, entretanto, a inconsistência macroeconômica do Plano Cruzado tornou-o insustentável. O crescimento do PIB de 7,6% e o déficit fiscal da magnitude de 3,7% do PIB fizeram com que a balança comercial se deteriorasse, tornando a política de congelamento do câmbio nominal inviável. Assim, já em novembro daquele ano, foi editado o Plano Cruzado II, que previa um ajustamento fiscal e reintroduzia a política de minidesvalorizações cambiais.

O recrudescimento da inflação levou o governo a editar, em junho de 1987, o Plano Bresser. O novo congelamento de preços impediu a recuperação dos preços mínimos aos níveis de 1986. Ao final do ano, contudo, a economia já estava novamente indexada. Em 1987, o PIB total cresceu 3,6%, enquanto o PIB agropecuário cresceu 15%.

Durante o ano de 1988 a tônica vigente na política econômica foi o gradualismo, visando o controle do déficit público. Novamente, a estratégia não foi bem sucedida. Embora se tenha efetivamente reduzido um pouco o déficit público, a inflação continuou em ascensão, atingindo a cifra de 1.037,6% ao ano em 1988, pelo IGP-DI, da FGV.

A escalada inflacionária levou o governo a adotar em janeiro de 1989 um novo plano econômico, o Plano Verão, com as mesmas características dos anteriores: congelamento de preços e salários e desindexação da economia. Como no Plano Cruzado, o Plano Verão promoveu nova reforma monetária, instituindo como moeda o cruzado novo, que perdeu três zeros (Cr\$ 1.000,00 = NCz\$ 1,0) e foi desvalorizado em 17%.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

Como nos planos anteriores, o Plano Verão também teve vida curta. Com o congelamento de preços, a inflação sofreu uma queda momentânea, mas em julho já alcançava a marca de 38%, tendo a inflação anual sido de 1.783%.

Em fevereiro de 1990 a inflação já estava no nível de 71,7% ao mês. Em março, assume o poder o Presidente Collor. É editado então um novo plano de estabilização, o Plano Brasil Novo, ou Plano Collor. Este plano apresentou uma série de características diferenciais em relação aos anteriores.

Como medidas de curto prazo, o governo adotou, além do congelamento de preços, o bloqueio de grande parte dos ativos financeiros da economia, bem como instituiu um aumento de imposto (Imposto sobre Operações Financeiras-IOF) sobre estes ativos. Modificou ainda o sistema cambial, que passou de câmbio fixo com minidesvalorização para câmbio flutuante (esta questão será melhor abordada adiante). Promoveu, também, a eliminação dos controles quantitativos às importações, bem como uma redução geral de alíquotas das tarifas de importação. Além disso, anunciou uma ampla reforma administrativa e um ambicioso programa de privatizações.

Finalmente, em fevereiro de 1991 é editado o Plano Collor II com medidas de ajuste ao primeiro. Entre suas principais medidas estavam o fim dos Bônus do Tesouro Nacional (BTN), indexador formal da economia e o fim do sistema de zeragem automática diária pelo Banco Central da carteira de títulos públicos em poder dos bancos privados. Como indexador do sistema financeiro foi criada a Taxa Referencial Diária (TRD), préfixada pelo Banco Central para períodos determinados, e que tinha como objetivo romper a indexação da economia pela inflação passada.

Neste momento, aparentemente o Plano Collor não terá melhor sorte que os anteriores. As dificuldades políticas na sua implementação, especialmente no aspecto fiscal, são grandes, estando a inflação em franca aceleração.

No que diz respeito à evolução recente do setor agrícola, pode-se observar da Tabela 5 que os anos de 1987, 1988 e 1989 foram anos das "supersafras", tendo o produto de agropecuária finalmente caído em 1990 aos níveis de 1987, fenômeno que deve se repetir em 1991. A safra de grãos, que atingiu 70,5 milhões de toneladas em 1989, registrou a marca de 56,6 milhões de toneladas em 1990, com uma estimativa de nova queda para cerca de 54,0 milhões de toneladas em 1991. De qualquer forma, a forte recessão causada pelo Plano Collor afetou menos o PIB agropecuário que o industrial. Enquanto o primeiro teve queda de 3% em 1990, o segundo teve queda de 7% no mesmo período.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



Com vistas a evitar nova queda no PIB agrícola em 1992, o governo acaba de divulgar um novo conjunto de medidas de política econômica (pacote agrícola). Suas características e instrumentos serão discutidos a seguir.

### **3.3- AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS DIRETAS E INDIRETTAS: 1980-1991**

É um fato característico do Brasil a grande interferência do setor público na economia. No setor agrícola esta interferência tem sido realizada através de diversos instrumentos. Neste sub-ítem é apresentada a evolução e as mudanças entre os períodos 1980/89 e 1990/91 de algumas das mais importantes políticas diretas (crédito agrícola, preços mínimos e gastos públicos relacionados ao setor agrícola) e indiretas (política cambial) que afetam o setor agrícola.

#### **3.3.1- Políticas específicas para o setor agrícola**

##### **3.3.1.1- A Política de Preços Mínimos**

O Programa de Garantia de Preços Mínimos (conhecido como PGPM), opera através de dois programas especiais: o de Aquisição do Governo Federal (AGF) e o de Empréstimos do Governo Federal (EGF). O primeiro programa (AGF) é o de compra dos estoques ao preço mínimo estipulado. O segundo (EGF) é de financiamento ao armazenamento privado. O programa cobre uma grande variedade de culturas, tanto domésticas quanto de exportação.

O órgão encarregado da execução do PGPM era a Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Após o Plano Collor, a CFP foi fundida com a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), constituindo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Na sistemática atual, os preços mínimos são anunciados em agosto para as culturas da safra de verão, sendo aqueles preços indexados até o período da safra.

As Tabelas 6 e 7 a seguir mostram a evolução quantitativa do PGPM no período 1980/91. Como se pode ver na Tabela 6, é muito grande a variação dos preços mínimos entre os anos. Isto reflete o fato de que não há regras para a fixação dos mesmos. Os níveis dos preços mínimos são determinados por uma série de fatores como custos de produção e preços internos e externos (seu objetivo principal tem sido o de incentivar ou desincentivar determinadas culturas, de acordo com o interesse do governo). Este critério de fixação dos preços mínimos é evidenciado pela elevação dos mesmos para os anos agrícolas de 1990/91 e 1991/92, após as frustrações de safra de 1989/90 e 1990/91.



Tabela 6. Preços mínimos para as principais culturas do programa AGF.  
1980/91. Valores reais.

ANO	Cr\$/60 kg MILHO N/NE	Cr\$/60 kg MILHO S/SE	ARROZ		Cr\$/15 kg ALGODAO EM CAROCO N/NE	Cr\$/60 kg SOJA CENTRO-SUL
			Cr\$/50 kg IRRIGADO BRASIL	Cr\$/60 kg SEQUEIRO BRASIL		
1980	2716.6	2788.0	6551.27	6052.5	3304.3	6528.6
1981	3158.5	3442.4	5900.2	6310.4	3768.0	4951.0
1982	3874.5	3874.4	6307.6	6346.4	4165.5	4987.9
1983	3251.7	3151.4	5152.1	5161.1	3166.6	4071.8
1984	3117.8	2959.8	5339.4	5349.0	2788.5	3485.5
1985	3960.6	4214.2	6962.0	5933.3	3204.0	6438.2
1986	3764.7	4420.0	7257.7	7404.0	3088.5	6991.8
1987	2473.8	2940.4	4545.9	4679.8	2117.5	3768.0
1988	2184.7	2639.0	3868.3	3983.8	1869.6	3431.1
1989	1854.4	2646.1	3701.7	3418.3	1571.0	3093.2
1990	1972.8(1)	2880.6	4358.6	4005.2(2)	2413.3(6)	3430.4(4)
1990				3289.0(3)		2827.2(5)
1991	2515.8(1)	3417.6	5145.0	4547.4(2)	2305.5(6)	4177.2(4)
1991				3520.2(3)		3517.2(5)

(1) Sul do MT/TO

(2) S/SE/NE (exceto MA)

(3) Sul do MT, TO e MA

(4) S, SE, BA - Norte, NE (exceto MA)

(5) Sul do MT e TO

(6) Brasil

Valores deflacionados para Set/1991, pelo IGP-DI. Até 1989, médias anuais.

FONTE: 1980-1989 - WORLD BANK (1990)

1990 - CFP (1990); 1991 - FOLHA DE SAO PAULO (1991)



Tabela 7. Evolução das políticas da EGF e AGF. 1980/1991. 37.

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB  
Evolução dos Financiamentos e Aquisições do Governo Federal

ANOS	E G F				A G F			
	Peso Toneladas Mil	Valores Correntes Cr\$	Reais (1) Cr\$ mil	Evolução (%)	Peso Toneladas Mil	Valores Correntes Cr\$	Reais (1) Cr\$ mil	Evolução (%)
1969	1.000	274	102.430.657	-	23	6	2.243.007	-
1970	1.374	397	124.272.952	21,32%	549	177	55.446.329	2370,18
1971	1.200	406	126.270.004	1,61%	50	18	4.676.670	-91,54
1972	1.707	977	216.033.399	71,07%	35	23	5.005.740	8,75
1973	1.346	077	160.703.515	-21,07%	37	20	3.049.111	-24,32
1974	3.210	2.620	392.343.095	132,45%	223	122	10.269.411	374,64
1975	5.930	7.094	923.064.648	135,47%	409	1.195	139.855.365	665,52
1976	7.565	11.519	954.643.972	3,33%	996	1.060	154.148.606	10,22
1977	7.901	17.470	1.015.429.049	6,37%	2.050	4.375	254.293.193	64,97
1978	5.600	18.320	768.046.631	-24,36%	634	1.631	60.948.104	-73,12
1979	6.041	29.634	806.637.755	5,02%	432	2.677	72.867.965	6,61
1980	11.041	02.157	1.116.906.918	30,47%	258	3.430	46.633.459	-36,00
1981	13.000	212.449	1.376.151.446	23,20%	1.070	26.460	171.396.275	267,54
1982	14.919	437.417	1.449.770.207	5,35%	5.727	193.061	639.079.340	273,33
1983	13.504	670.990	873.729.954	-39,73%	2.143	124.006	162.514.256	-74,60
1984	7.606	943.024	303.022.401	-56,16%	1.206	362.169	147.100.010	-9,40
1985	7.754	6.595.026	022.936.009	114,05%	0.767	9.303.012	1.170.782.404	675,91
1986	10.301	23.579.537	1.214.424.687	47,57%	7.482	15.499.227	790.261.010	-31,82
1987 (2)	10.335	46.705.171	740.515.307	-39,02%	12.070	39.922.960	632.982.047	-20,70
1988	12.547	349.774.636	706.796.342	-4,55%	4.103	99.754.301	201.575.590	-60,15
1989 (3)	7.101	1.984.700.374	202.467.447	-60,04%	1.910	379.670.400	54.033.460	-73,19
1990 (3)	3.440	41.451.531.000	207.714.562	-26,46%	540	2.906.572.000	14.564.090	-73,04
1991 (4)	2.154	70.143.040.000	111.293.519	-46,42%	9	1.066.250.000	2.657.950	-01,75

Fonte: CONAB (1991). Elaboração: CONAB/DIPLA/DEPRO/ASSIST.

- Observações: (1) Valores reais em agosto de 1991, utilizou-se a média anual do IGP-Di de 1969 a 1991; e  
 (2) os dados em volume (toneladas) para o ano de 1987 a 1989 são dos cinco principais produtos (algodão, arroz, feijão, milho e soja);  
 (3) dados somente do Banco do Brasil; e  
 (4) dados somente do Banco do Brasil até o dia 31.00.91.



No tocante à política de preços mínimos, modalidade AGF, a principal mudança em 1990, no Plano Collor, foi a reintrodução do sistema de preços mínimos regionalizados (ver Tabela I.2, no Anexo). Conforme pronunciamento do Ministro da Agricultura em seu voto no Conselho Monetário Nacional quando da divulgação dos preços mínimos para a safra 90/91, a fixação dos preços mínimos únicos implicou na estatização da comercialização de grãos nas regiões mais distantes, impedindo assim a interiorização da agro-indústria. Desta forma, a regionalização dos preços mínimos, mesmo gradual, era vista como elemento modernizador do setor agrícola.

Entretanto, um dia após o anúncio dos preços mínimos regionalizados para o ano agrícola 1991/92, o presidente Fernando Collor anunciou, em discurso em Itaguari (GO), o fim da regionalização dos mesmos (Folha de São Paulo, 26/10/91), medida que beneficiará sobremaneira a região centro-oeste.

Do ponto de vista do volume de recursos alocados ao PGPM, os anos de 1990 e 1991 mantiveram a tendência de queda acentuada nos valores reais dispendidos, como se pode ver na Tabela 7. Além disso, é nítida a tendência de se privilegiar o EGF em detrimento do AGF, refletindo a vontade do governo de diminuir a presença estatal na comercialização, o que é um reflexo claro da crise financeira do setor público brasileiro. Para o ano safra 1991/92, o anúncio oficial é de que serão destinados cerca de Cr\$ 743 bilhões ao PGPM.

Das culturas de maior interesse para este estudo - café, citrus e soja - apenas a última é abrangida pelo PGPM. Sua participação no programa foi declinante nos anos finais da década de 80, uma vez que à medida em que foram escasseando os recursos, os mesmos foram concentrados nas culturas de mercado interno. A Tabela 8 traz alguns dados ilustrativos. Conquanto não estejam disponíveis dados para o período mais recente, a situação não deve ter se alterado substancialmente, dada a diminuição dos recursos do PGPM, como visto na Tabela 7.

As taxas de juros ao EGF são as mesmas cobradas no crédito rural, via de regra abaixo das taxas de mercado, embora positivas. Dada a exiguidade dos recursos alocados ao PGPM, seu direcionamento tem sido feito preferencialmente a cooperativas e produtores rurais, sendo que os demais agentes privados têm que financiar a comercialização a juros de mercado.





Tabela 8. Quantidades financiadas sob EGF e adquiridas sob AGF, em porcentagem de producao total. 1980/89.

ANO	PRODUTO							
	ARROZ		FEIJAO		MILHO		SOJA	
	EGF	AGF	EGF	AGF	EGF	AGF	EGF	AGF
1980	17.3	2.3	1.6		7.8		41.2	
1981	20.3	9.7	5.5	0.8	18.1	0.3	44.9	
1982	20.9	7.5	10.6	36.2	14.5	16.2	59.9	
1983	28.1	6.5	4.5	10.2	12.3	7.4	50.0	
1984	11.5	7.4	3.5	4.4	8.5	2.2	22.9	
1985	20.6	18.2	5.3	23.7	7.6	13.6	17.9	12
1986	36.4	18.1	6.0	3.4	8.3	21.1	20.3	8
1987	29.7	28.1	5.3	2.7	6.9	29.5	25.0	5
1988	30.6	18.8	6.2	4.8	15.3	6.6	11.7	0
1989	17.3	7.5	3.4	0.0	14.2	4.0	4.4	0

FONTE: WORLD BANK (1990).

Tabela 8. Quantidades financiadas sob EGF e adquiridas sob AGF, em porcentagem de producao total. 1980/89.



### 3.3.1.2- Crédito Rural

A partir do início da década de 80, o governo brasileiro iniciou uma série de mudanças no sistema de crédito rural. A necessidade de ajustamento das contas públicas levou a uma redução no volume real de crédito ao longo da década, bem como à progressiva eliminação dos pesados subsídios implícitos no crédito rural durante toda a década anterior. Assim, em 1984, a taxa de juros do crédito rural torna-se positiva pela primeira vez desde 1965 (Goldin e Rezende, 1990), embora abaixo das taxas de mercado. As Tabelas 9 e 10 resumem a evolução do volume de crédito e das taxas de juros para o período em questão.

Como se pode ver, o valor real aplicado em 1990 representa cerca de 20% daquele de 1980. Pode-se verificar também a preocupação, a partir de 1984, de se manter taxas positivas nos empréstimos, com exceção do ano de 1986, época do Plano Cruzado.

Até meados da década de 80, os fundos destinados à política de crédito rural provinham basicamente de exigibilidades compulsórias sobre depósitos à vista na rede bancária, recursos públicos originários da colocação de títulos públicos no mercado, e emissão de base monetária. Este último mecanismo operava através da conta movimento do Banco do Brasil, que era automaticamente coberta pelo Banco Central e foi extinta em 1986.

Em 1987, o Banco do Brasil e alguns outros bancos oficiais foram autorizados a captar recursos da caderneta de poupança para o crédito rural, através da poupança rural (ou poupança verde). A partir de 1988, cessa a utilização de emissão de base monetária para o crédito rural. Desde então, além dos recursos dos depósitos a vista e da poupança rural, o Tesouro Nacional vem financiando parcela importante dos fundos destinados à agricultura. Estes dados podem ser vistos na Tabela 11.

Como se pode ver, até 1987 é significativa a participação da base monetária para o financiamento do crédito rural. Deve-se notar que a participação dos depósitos a vista é oscilante, apesar dos sucessivos aumentos nos coeficientes de exigibilidade.

Muito importante é o papel assumido pelo Tesouro Nacional na provisão de fundos para o crédito rural. O mesmo se pode dizer da caderneta de poupança, apesar da forte queda em sua participação em 1989. Este fato está relacionado à queda na participação dos depósitos a vista no total, e deve-se à aceleração inflacionária no período, que levou à procura pelo público de ativos indexados de alta liquidez.



Tabela 9. Volume de credito rural oficial. Brasil. 1980-90

ANO	Valores correntes (Em Cr\$ 1.000)	Valores reais (1) (Em Cr\$ 1.000.000)	Variacao anual (%)
1980	859.2	10113887.0	-4.40
1981	1564.1	8772410.7	-13.30
1982	2960.3	8494941.9	-3.20
1983	5687.8	6412570.1	-24.30
1984	11138.7	3916856.5	-38.90
1985	51705.2	5585483.1	42.60
1986	186780.1	8328940.6	49.11
1987	478278.9	6565710.1	-21.20
1988	2648106.7	4633118.3	-29.40
1989	34355066.6	4230840.5	-8.70
1990	557089210.7	2417081.9	-42.87

(1) Deflacionados pelo IGP-DI.  
Valores reais em julho/1991.

FONTE: Anuario Estatistico do Credito Rural.  
Banco Central do Brasil. 1990.

Tabela 10. Taxas de juros de empréstimos oficiais do crédito rural. Brasil - 1984/90

CATEGORIA	ANO							
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
<b>CUSTEIO</b>								
- mini/pequeno	100% CM + 3	100% CM + 3	10 %	100% CM + 7	100% CM + 7	100% CM + 12	100% CM + 9	100% CM + 9
- medio								
- outros	100% CM + 3	100% CM + 3	10 %	100% CM + 10	100% CM + 10	100% CM + 12	100% CM + 12	100% CM + 12.5%
<b>INVESTIMENTO</b>								
- mini/pequeno	100% CM + 3	100% CM + 3	10 %	100% CM + 7	100% CM + 7	100% CM + 12	100% CM + 9	100% CM + 9
- medio								
- outros	100% CM + 3	100% CM + 3	10 %	100% CM + 7	100% CM + 7	100% CM + 12	100% CM + 12	100% CM + 12.5%
<b>COMERCIALIZACAO</b>								
- mini/pequeno	100% CM + 3	100% CM + 3	10 %	100% CM + 7	100% CM + 7	100% CM + 12	100% CM + 9	100% CM + 9
- medio			10 %					
- outros	100% CM + 3	100% CM + 3	10 %	100% CM + 7	100% CM + 7	100% CM + 12	100% CM + 12	100% CM + 12.5%
<b>CM ANUAL</b>					711.86	588.46	707.12	

CM = Correcao Monetaria

1988: Correcao Monetaria pela variacao da OTM

1989 e 1990: Correcao Monetaria pela variacao da BTN. Variacao de Março a Dezembro

1991: Correcao Monetaria pela variacao da TR.

1985: Com excecao das regioes da SUDAN e SUDENE.

FONTE: Até 1989: WORLD BANK (1990)

1990: Banco Central do Brasil. Relatorio Anual (1990).

1991: Folha de Sao Paulo (1991)



Tabela 11

Volume de credito rural e parcelas por fonte de financiamento e agentes financeiros. Brasil. 1986-1990.

	ANOS				
	1986	1987	1988	1989	1990 (d)
Volume (a)	8339.9	6563.3	4357.6	2435.7	1020.5
Composicao (Z)					
a) CREDITO OFICIAL (b)	82.2	87.9	77.7	73.3	
- Fontes:					
Depositos a vista	39.4	33.0	41.8	21.4	51.7
GOVERNO: Base	10.6	27.1	0.0	0.0	0.0
Outros(1)/Tesouro(2)	50.0 (1)	29.8 (1)	40.2 (2)	75.1 (2)	25.7 (2)
POUPANCA RURAL	0.0	10.1	18.0	3.5	22.6
Agentes: Banco do Brasil	86.5	79.9	83.1	83.9	
Outros	13.5	20.1	16.9	16.1	
b) OUTROS (c)	17.8	12.1	22.3	26.7	
Agentes: Banco do Brasil		79.4	91.2	87.0	
Outros		20.6	8.8	13.0	

(a) Em milhoes de Cr\$ de julho de 1991

(b) Credito a taxas controladas

(c) Credito concedido a taxas de juros de mercado a partir de recursos de depositos a vista ou caderneta de poupanca

(d) Apenas custeio

FONTE: BARROS e ARAUJO (1991)





Vê-se, portanto, que o financiamento do crédito rural no país tende a tornar-se basicamente uma questão fiscal, parecendo pouco provável que se volte a lançar mão de recursos monetários, como no passado.

Recentemente foi divulgado o "pacote agrícola" (conjunto de normas para o financiamento da agricultura) de 1991. Além das taxas de juros já mencionadas na Tabela 10, o governo anuncia a liberação já em outubro de Cr\$ 829 bilhões, para o custeio da safra, valor que deve chegar a Cr\$ 900 bilhões até dezembro, prevendo-se um total de Cr\$ 1,66 trilhões para o atual ano safra (91/92). Não foram esclarecidas até o momento as fontes de recursos.

Foi anunciada também, para médios e grandes produtores, a indexação do valor do contrato pelo preço do produto financiado, medida que visa diminuir o risco associado à variação do preço do produto na safra.

A preocupação óbvia do governo é evitar que se repita neste ano as quebras de safras dos dois últimos anos. Pelos padrões históricos, entretanto, verifica-se que o volume anunciado não é muito alto. Além disso, resta saber se não se repetirá este ano o acontecido no ano passado, quando os recursos chegaram à rede bancária com grande atraso.

### 3.3.1.3- Gastos Públicos na agricultura em geral

Além dos gastos nos programas específicos até aqui vistos, os investimentos públicos no setor agrícola brasileiro se dão em uma grande variedade de atividades, como extensão rural, ciência e tecnologia, recursos hídricos, etc. Os dados disponíveis, bastante agregados, são apresentados na Tabela 12.

Como se pode ver, os gastos gerais do governo com a função agricultura apresentam queda acentuada nos anos de 1989 e 1990, refletindo o agravamento da crise fiscal em curso. Naturalmente a queda em 1990 reflete ainda a política de estabilização adotada desde então. Esta mudança na política econômica alterou substancialmente a forma de financiamento dos gastos agrícolas pelo setor público, tradicionalmente feitos pela colocação de títulos públicos federais no mercado. Este recurso não foi mais utilizado em 1990, quando houve um resgate líquido de títulos.

Verifica-se, portanto, que a virada da década trouxe queda acentuada nos investimentos públicos na agricultura. Mesmo programas estratégicos, como Ciência e Tecnologia, sofreram redução real de recursos em 1990. A única exceção à queda generalizada de recursos foi o programa de Organização Agrária, que se encontra paralisado (Gasquez e Villa Verde, 1991).



Tabela 12

Gastos publicos na agricultura. Brasil. 1980-1991. Em milhoes de dolares

PROGRAMA	ANOS										
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Administracao	60.2	127.7	73.5	25.0	47.8	62.5	82.1	260.6	507.2	663.7	370.7
Adm. Financeira	94.0	47.2	84.8	35.0	99.2	77.2	151.6	134.9	110.1	28.4	25.7
Planej./Governamental	18.8	25.0	19.8	689.6	12.4	14.7	19.0	656.4	30.8	39.5	26.3
Ciencia e Tecnologia	86.5	150.0	181.0	60.1	131.1	128.7	151.6	161.8	175.0	434.2	359.6
Organizacao Agraria	15.0	13.9	22.6	6.3	24.8	40.5	139.0	206.8	604.3	94.5	253.3
Producao Vegetal	3.8	77.7	110.3	32.5	46.1	40.5	69.5	54.0	38.0	22.9	14.9
Producao Animal	30.1	63.9	79.2	25.0	44.3	33.1	31.6	36.0	48.0	123.5	9.3
Abastecimento	2879.6	2057.5	1843.9	260.3	1172.5	3104.1	4997.1	6779.6	3870.7	129.2	19.4
Preservacao de Recurso											
Naturais Renovaveis	15.0	11.1	19.8	6.3	12.4	18.4	19.0	0.0	2.9	0.5	0.4
Promocao e Extensao Rural	533.8	152.7	285.6	82.6	129.2	106.7	518.0	269.7	816.5	128.5	109.5
Servicos de Informacoes	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.3	0.0
Programas, Estados e Municipios	18.8	47.2	107.5	107.5	28.8	31.4	101.1	27.0	0.0	8.4	8.3
Prog. Integrado	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	50.6	8.0	14.5
Energia Eletrica	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.1	0.0
Recursos Hidricos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	37.9	404.6	391.3	438.7	458.9
NOVOS PROGRAMAS											
Comercio											24.4
Saneamento											46.2
Protecao ao Meio Ambiente											9.4
Protecao ao Trabalhador											97.1
Previdencia											6.1
PASEF											
Total	3759.0	2776.6	2828.0	1251.5	1771.2	3677.9	6317.5	8991.5	6716.1	2122.4	1857.1

FONTE: Ate 1987: WORLD BANK (1990)

1988: VILLA VERDE e GASQUES (1990)

1989-1990: GASQUES e VILLA VERDE (1991)



Deste modo, pode-se concluir dizendo que neste início de década não há por parte do governo novos investimentos na agricultura. Ao contrário, além da diminuição real dos recursos alocados ao setor, a reforma administrativa iniciada no governo Collor ainda não surtiu efeitos positivos, tendo de fato praticamente paralisado órgãos importantes, como a EMBRAPA.

### 3.3.2- Políticas Indiretas

#### 3.3.2.1- A política cambial

O regime cambial brasileiro é de monopólio cambial, ou seja, apenas o Banco Central ou agentes autorizados pelo mesmo podem transacionar legalmente com divisas estrangeiras.

No mercado de câmbio brasileiro coexistem hoje três taxas: a oficial, utilizada para as transações comerciais e financeiras legais; a do dólar turismo, instituída em 1989, e que responde pelo fluxo de transações relacionadas ao turismo; e a do dólar paralelo, ilegal, mas tolerado na prática.

Uma das principais medidas instituídas pelo plano Collor foi a mudança no sistema de determinação de taxa de câmbio então vigente. Deste modo, passou-se de um sistema de câmbio fixo com paridade indexada (através de minidesvalorizações), vigente desde 1968, para um sistema de câmbio flexível, com interferência do Banco Central (flutuação suja). Como se verá, entretanto, a interferência do Banco Central tem sido tão grande que o sistema ainda poderia ser classificado como de câmbio administrado.

A Tabela 13 apresenta a evolução da taxa de câmbio real bilateral Cruzeiro/Dólar (TCR). Dois conceitos de TCR são utilizados naquela Tabela. O primeiro (ETNT) relaciona o preço dos bens comercializados no mercado externo (tradables,  $PT^*$ ) com os não comercializados (non-tradables, PNT) <sup>(2)</sup>. O segundo conceito é de paridade do poder de compra - EPPP <sup>(3)</sup>.

2. Assim:  $TCR = E \cdot \frac{PT^*}{PNT}$ , onde E é a taxa nominal.

Neste caso, foi usado como "proxy" para  $PT^*$  o Índice de Preços no Atacado dos Estados Unidos, e para PNT o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas.

3. Aqui,  $TCR = E \cdot \frac{P^*}{P}$

onde  $P^*$  é um índice de preços externos (IPA nos Estados Unidos) e P é um índice de preços internos (IPA da Fundação Getúlio Vargas).



Tabela 13: Índices de taxas de cambio real.  
Cr\$/US\$. 1980-91.

ANO	INDICE (1985=100)	
	ETNT	EPPP
1980	77.19	80.32
1981	64.74	78.83
1982	65.88	80.41
1983	88.50	98.37
1984	98.35	99.86
1985	100.00	100.00
1986	87.65	89.53
1987	73.79	83.29
1988	70.65	75.33
1989	56.80	59.93
1990	46.27	52.85
1991	53.31(1)	63.58(1)

(1) Apenas janeiro e fevereiro de 1981.

FONTE: Dados brutos (E, IPAUSA, IPC FGV e IPA FGV) da Fundacao Getulio Vargas (1991). Elaboracao do autor.





O ano de 1985 foi escolhido como base por preceder o 1º Plano de Estabilização da década de 80, o Plano Cruzado. Como se pode verificar, ambos os índices apresentam a mesma tendência, com o índice ETNT apresentando variações mais acentuadas, como era de se esperar.

Como visto no item 3.2, o governo brasileiro inicia no início da década de 80 uma fase mais rigorosa de ajuste da economia, face aos problemas no Balanço de Pagamentos. Em 1983 houve uma maxidesvalorização do cruzeiro, seguida de minidesvalorizações mais intensas. Como se pode ver na Tabela 13, estas desvalorizações foram efetivas, com a TCR se desvalorizando cerca de 50% pelo conceito ETNT, ou cerca de 25% pelo conceito EPPP no período 1982-1985.

Com o início da fase dos planos de estabilização, a política cambial passa a ser manejada principalmente como instrumento de combate à inflação, como âncora nominal nos programas de congelamento de preços. Como estes programas não têm sido efetivos no controle da inflação, o resultado tem sido uma persistente valorização do cruzeiro desde 1985. De fato, verifica-se que o valor do índice de TCR atingiu, em 1990, o valor mais baixo desde 1980, por qualquer dos dois critérios utilizados.

O ano de 1991 iniciou-se com uma ligeira desvalorização na taxa de câmbio. Cresciam, entretanto, as reivindicações do setor privado por uma desvalorização cambial mais acentuada. A partir de março o saldo do balanço comercial começou a apresentar forte queda, passando de US\$ 1,4 bilhão em abril para US\$ 1,3 bilhão em maio, US\$ 894 milhões em junho, US\$ 777 milhões em julho e estimativa de cerca de US\$ 700 milhões para agosto.

Em setembro, o Banco Central finalmente reconheceu oficialmente a situação, ao promover uma maxidesvalorização de 16%, o que, somado às minidesvalorizações em curso, determinou uma desvalorização nominal de 35,58% naquele mês, para uma inflação estimada pelo IGP-FGV de 16,19%.

Até o momento, pode-se dizer que a alteração havida no sistema cambial brasileiro não mudou significativamente o panorama. O Banco Central continua controlando rigidamente o câmbio através da compra e venda de dólares e ouro no mercado. A única diferença com o sistema anterior é que agora o Banco Central não fixa mais a taxa de câmbio oficialmente, embora o faça de fato.

Não se deve perder de vista, entretanto, o potencial de desvalorização do câmbio existente neste mecanismo. Claramente, tem sido possível manter estes níveis de taxa de câmbio dada a situação atual de suspensão de grande parte dos pagamentos relativos à dívida externa. A retomada dos pagamentos, que deverá ocorrer apenas após novo acordo com



os bancos credores e o FMI, certamente implicará em desvalorizações reais do câmbio, com reflexos positivos para os setores exportadores, o setor agrícola entre eles.

Além disso, a elevação da inflação tem provocado um acirramento nas expectativas de novo plano econômico, o que tem elevado a demanda por dólares. Resta saber até que ponto o Banco Central estará disposto a gastar reservas para defender a taxa de câmbio.

### 3.4- OS PRINCIPAIS PRODUTOS DA OFERTA EXPORTÁVEL BRASILEIRA (apoio ao cálculo dos Producer Subsidy Equivalents)

Os três principais produtos de exportação do complexo agroindustrial brasileiro são a soja, a laranja (citrus) e o café. Estes produtos responderam, em 1990, por respectivamente 29,3%; 16,3% e 12,9% do valor das exportações do complexo, com um total de 58,5%. Em relação às exportações totais, os valores são de 9,1% para o complexo soja, 5,1% para laranja e 4% para o café, totalizando 18,2% (Vide Tabela 1, na página 5).

#### 3.4.1- Soja

Desde 1988, com a resolução CONCEX de maio de 1988, foram abolidas as restrições quantitativas ao comércio para uma série de produtos agrícolas, entre eles a soja. Embora tenha continuado a existir um sistema de licenciamento prévio para as exportações, consulta à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) revelou que de fato as restrições quantitativas foram abolidas. As informações a seguir, necessárias ao cálculo dos PSE, foram obtidas da mesma fonte (ABIOVE):

- Preços de garantia: discriminados na Tabela 6.
- Tarifas de importação: óleo de soja - Geral - 20%  
Argentina - 5%
- Subsídios: o setor não recebe subsídios.
- Tributação: o setor é tributado com os seguintes impostos na exportação:

	ICMS	PIS
Grãos	13,5%	0,65%
Farelo	11,1%	0,65%
Óleo	8,0%	0,65%

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
PIS: Programa de Integração Social



- Condições de crédito de curto e longo prazo: não há linhas específicas.
- Concessões especiais: não há.

Observação: A situação não se alterou para os anos de 1988, 1989, 1990 e 1991.

### 3.4.2- Laranja

A exemplo da soja, não há restrições quantitativas às exportações do complexo citros.

- Preços de garantia: não há.
- Subsídios: não há.
- Tributação:
 

Suco de laranja:	8,45%	ICMS
	2,00%	FINSOCIAL
	0,65%	PIS
	1,00%	Imposto de exportação (até 1989)
 Farelo de polpa:	 5,2%	 ICMS
	2,0%	FINSOCIAL
	0,65%	PIS
 Óleos/outros:	 8,45%	 ICMS
	2,0%	FINSOCIAL
	0,65%	PIS
- Condições de crédito de curto e longo prazos: não há linhas específicas.
- Concessões especiais: não há.

Observação: O imposto de exportação de 1,0% sobre o suco de laranja vigorou até 1989, tendo sido abolido em 1990 e 1991. Os demais itens são válidos para todo o período 1988-1991.

### 3.4.3- Café

Com o fim do Acordo Internacional do Café em julho de 1989 e a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1990, foram removidas todas as taxas e controles que havia sobre o café. Anteriormente a 1990, entretanto, o IBC regulava o mercado de café, leiloava as quotas recebidas da Organização Internacional do Café-OIC, coletava o imposto de exportação (confisco), e determinava preços mínimos de registro, para evitar subfaturamento nas exportações.



## - Preços de garantia:

Ano	Valores nominais (1)	Valores reais (2)
1988	17,04	29.746,2
1989	182,80	22.522,7

(1) Em Cr\$ correntes. Médias anuais.

(2) Valores reais em julho de 1991. Deflacionados pelo IGP/FGV.

Fonte: Anuário Estatístico do Café, 1989 (No. 19)

**Observações:** - Preços de garantia para café arábica, tipo 6, para melhor bebida isenta de gosto Rio-Zona (IRZ).  
- Nos anos de 1990 e 1991, não houve preço de garantia para o café.

- Tarifas de importação: não há.

- Subsídios: o setor não recebe subsídios.

- Tributação: Cota de contribuição (confisco)

Grãos: 1988 - janeiro a maio	- 36%
1988 - junho a agosto	- 24%
1988 - setembro a dezembro	- 12%
1989 - janeiro a junho	- 12%
1989 - julho a dezembro	- 06%
Solúvel: janeiro/1988 a junho/89	- 10%
julho a dezembro 1989	- 6%

Outros impostos: Grãos - 13,00% ICMS  
0,65% PIS  
2,00% FINSOCIAL

- Condições de crédito de curto e longo prazos: não há linhas específicas.

- Concessões especiais: não há.

### 3.5- BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NO ÍTEM 3

É apresentada, a seguir, uma lista de trabalhos escritos nos últimos dois a três anos, a respeito de política econômica e agricultura.

BARROS, G.S.C.- Agricultura brasileira num contexto macroeconômico. In: Seminário sobre Problemas e Perspectivas da Agricultura Brasileira. Piracicaba, FEALQ, 1990. p.1-30.

BARROS, G.S.C. & ARAÚJO, P.F.C.- Oferta e Demanda de Crédito Rural no Brasil: algumas evidências empíricas sobre seus determinantes. Piracicaba, FEALQ, 1991. 32p.





- COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO.- Brasil 1990: Diretrizes do governo para modernizar a agricultura. Brasília, 1990.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB).- Evolução dos Financiamentos e Aquisições do Governo Federal, 1991. (Dados não publicados).
- FOLHA DE SÃO PAULO. Pacote prevê Cr\$ 1,6 bilhão para a safra. p. 1-10. 05/10/91.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 45 (7), 1991.
- GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M.- Gastos públicos na Agricultura: algumas questões. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Campinas, 1991. pp. 236-253.
- GOLDIN, I; REZENDE, G.C.- Agriculture and economic crisis: lessons from Brazil. Development Centre Studies. OCDE, 1990.
- LOPEZ, M.R.- Os efeitos das políticas macroeconômicas sobre a agricultura. Brasília, CFP, 1989. 69p. (Coleção Análise e Pesquisa, 37).
- REZENDE, G.C.- Política econômica e agricultura na década de 80. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba, 1989. Vol II: 284-309.
- VILLA VERDE, C.M.; GASQUES, J.G.- Nota sobre os gastos públicos na agricultura. IPEA S.N.T., 1990. 13p.
- WORLD BANK.- Brazil Agricultural Sector Review: policies and prospects. Country Operation Division: Brazil Department, 1989. 2 vols.



#### 4. AVANÇOS NA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO

Esta parte do trabalho tem o propósito de revelar se as medidas de política e reforma das instituições públicas e as mudanças do contexto internacional estão dando origem a uma melhor organização do setor privado para participar do processo de abertura econômica.

##### 4.1- INDICAR A REAÇÃO DO SETOR PRIVADO (PRODUTORES E EXPORTADORES) E AS REIVINDICAÇÕES FEITAS AO GOVERNO.

A reforma das instituições públicas no sentido de uma maior "abertura" ao exterior e a integração econômica do MERCOSUL vem sendo vista pelos diferentes segmentos do complexo agroindustrial como potencialmente positiva para o país. Entretanto, o processo como um todo precisa ainda de sérios ajustes antes de se concretizar. Todos os segmentos consultados acreditam que o processo de abertura vai estimular o incremento da produtividade e promover uma maior competitividade internacional.

No que se refere ao MERCOSUL, o complexo agroindustrial brasileiro parece ser bem mais vulnerável que outros setores da Economia, sobretudo no que tange ao comércio de mercadorias (apesar de haverem efeitos bastante diferenciados entre produtos, regiões, empresas e segmentos do complexo).

As maiores críticas e resistências partem dos próprios produtores agropecuários e, em menor escala, da indústria agroalimentar. Esta última, sendo mais moderna e tendo maior economia de escala que a dos demais países do Cone Sul, não demonstra tanto temor quanto a integração. A indústria de máquinas e insumos também deverá sofrer grande concorrência com a abertura econômica, sobretudo em termos de produtos tecnologicamente mais aperfeiçoados.



A Argentina e o Uruguai têm vantagens comparativas naturais e incontestáveis em alguns produtos agropecuários. Alguns grupos brasileiros que terão suas margens ameaçadas têm manifestado reações de resistência à integração (1). Das entrevistas realizadas, estima-se que o Brasil poderá perder em laticínios, trigo, viti-vinicultura, lã, algumas frutas temperadas, trigo, alho, cebola e, até mesmo, soja, milho e carne bovina. Já o país deverá ganhar em produtos como café, açúcar, cacau e seus derivados, concentrados de frutas tropicais e embutidos em geral (como presuntos e aves). Vale lembrar, neste aspecto, que segundo líderes rurais o Brasil já vem saindo perdendo nas exclusões feitas dentro do Acordo de Complementação Econômica (ACE 14, assinado entre Brasil e Argentina no final de 1989) em termos de um menor ganho potencial de comércio (2).

Ainda na questão do MERCOSUL, espera-se uma forte pressão competitiva especialmente nas regiões limítrofes, menos protegidas pelos custos de transportes. O Estado do Rio Grande do Sul parece ser até o momento o mais preocupado, particularmente no que se refere aos laticínios, trigo, e crescentemente à soja, onde a Argentina vem ganhando posições.

Especialistas afirmam que, de maneira global, com a abertura econômica e o processo de integração, os conflitos entre os segmentos do complexo agroindustrial tendem a se agravar. "A agroindústria alimentar afirma que uma política protecionista aos produtores agropecuários certamente representará perda de competitividade para o país. Ela deseja poder importar a matéria-prima de que necessita na quantidade e

1. "A melhoria de bem estar econômico global advindo do livre comércio é acompanhado por fortes efeitos redistributivos. Quando se passa de uma estrutura protecionista de comércio para a integração, os efeitos alocativos e distributivos decorrentes geram impactos diferenciados entre os setores econômicos, empresas e regiões do país. Alguns serão estimulados e crescerão. Outros serão redimencionados. E aqueles que sobreviverem apenas em virtude da política protecionista tenderão a desaparecer. Não há como iniciar um processo de integração comercial sem desequilibrar mercados ou causar impactos negativos sobre certos setores produtivos". Extraído de Zylbersztajn, D. e Farina, E.M.Q. - A Integração Latino-Americana e o Sistema Agroindustrial. Texto preparado para o Programa MERCOSUL BRASIL/FASE I. IEA-USP e Ministério das Relações Exteriores. Set. 1991. 27 pp.

2. A Argentina excluiu do cronograma de desgravação tarifária linear os açúcares, o café solúvel, os derivados de cacau e de algodão e o suco de laranja. O Brasil excluiu queijos, pêssego, vinhos, alho, cebola e fumo elaborado.



qualidade desejada, aproveitando as vantagens competitivas existentes. Por sua vez, o comércio varejista só tem compromissos com o consumidor final e pode importar o produto apropriado para o varejo. Se as grandes redes de supermercado já representavam uma força contrabalanceadora para as grandes empresas de alimentos industrializados, as importações vieram adicionar mais um grau de liberdade às negociações, além de uma forte pressão competitiva" (3). Por isso, é importante o diálogo permanente e a busca conjunta de soluções para os problemas de competitividade.

**As principais reivindicações feitas ao governo são:**

A maior reivindicação, tanto do segmento produtivo como das diferentes indústrias que lhe são correlatas, é "igualdade de condições para competir". \*

Os produtores afirmam que, até o momento, o que se tem visto é a redução progressiva das alíquotas de importação. É preciso avançar na compatibilização e harmonização das políticas macroeconômicas e setoriais (fiscal, monetária, cambial, agrícola e industrial) entre os Estados-membros (no que concordam todos os segmentos consultados) (4).

A partir das entrevistas constatou-se que o maior problema é a política cambial, a qual pode mudar espetacularmente a competitividade externa dos produtos agrícolas de um país de uma hora para outra. Até o segundo semestre de 1990, por exemplo, a sobrevalorização do cruzeiro favorecia as importações, o que provocou a entrada maciça de produtos alimentares argentinos no país. No final daquele mesmo ano, com a depreciação da moeda nacional, a competitividade praticamente se inverteu (5). Sem a adoção de políticas cambiais que eliminem as defasagens crônicas entre os câmbios dos diferentes países, não se pode sequer iniciar a formação concreta do MERCOSUL. \*

3. cf. Zylbersztajn, D. e Farina, E.M.Q., op. cit.

4. "A disputa pelas novas oportunidades de renda de um lado e a tentativa de manter os instrumentos de proteção de outro, certamente representam entraves para a concretização de um mercado comum ou de uma política liberal de comércio. Se esta é uma tendência natural do processo de abertura, as discrepâncias do ambiente econômico entre os Estados-parte tornam estes conflitos ainda mais agudos e podem conduzir a um impasse nas negociações setoriais que têm comandado o processo. Oferecer um ambiente institucional estável, com regras claras, talvez seja a tarefa mais importante a ser desempenhada pelos governos dos países envolvidos na formação do Mercado Comum" (in Zylbersztajn e Farina, op. cit.).

5. Vide, a esse respeito, os artigos Mercado Cambial no Cone Sul e Comércio e Câmbio no Cone Sul, da Revista Conjuntura Econômica, FGV, Dezembro 1990, pp. 41-43 e 78-85.





No que se refere às importações de bens, os produtores e a própria indústria alimentar pedem insistentemente a consolidação de um imposto compensatório que evite a internalização dos subsídios normalmente praticados nos países de origem do produto. Tal imposto possibilitaria equalizar as condições de competitividade da produção e agroindústria brasileira, evitando o dumping de preços (6).

No que se refere particularmente aos acordos do MERCOSUL, as reivindicações principais são:

- harmonização das políticas tributárias como forma de garantir a equidade fiscal entre os países. As cargas tributárias sobre os alimentos são completamente assimétricas de país para país. Aparentemente, os produtos agrícolas são muito mais tributados no Brasil do que na Argentina.

- harmonização da legislação com a padronização das normas de sanidade, de qualidade dos produtos e de metrologia, evitando que estas se tornem barreiras não-tarifárias, além da melhoria dos sistemas de proteção animal e vegetal (7).

- harmonização das políticas agrícolas de crédito rural. Os juros reais pagos pelos brasileiros são bem maiores que os cobrados na Argentina e Uruguai, isso sem contar a maior intervenção governamental em termos de congelamentos, tabelamentos, isenções de tarifas na importação, etc.

- regulamentação das cláusulas de salvaguardas e dos procedimentos para solução de controvérsias.

- representantes dos produtores pedem ainda uma harmonização fiscal com a consolidação dos regimes tarifários em relação a países terceiros, além da definição de questões ambientais (por exemplo, que insumos serão proibidos), questões de propriedade industrial (patentes), etc.

---

6. Representantes dos produtores agrícolas, em particular, dão enorme ênfase à necessidade de aplicação deste mecanismo. Eles afirmam que já foram numerosas vezes vítimas da importação de produtos altamente subsidiados. Vale notar, neste aspecto, que ao importar produtos subsidiados o governo brasileiro contraria as próprias posições liberalizantes que defende no GATT e demais instâncias multilaterais (vide, a esse respeito, documento da Sociedade Rural Brasileira intitulado Análise do Decreto da Tributação Compensatória (Agosto 1991, Coord.: P. Camargo Neto, 14 pp). 7. A esse respeito, ver Lopes, M.R.- Política Agrícola (Unidade 8A).- Texto preparado para o Programa MERCOSUL BRASIL/FASE I, IEA-USP e MRE, Setembro 1991, 26 pp.



Vale salientar, enfim, que todos os diversos segmentos do complexo agroindustrial reivindicam com o processo de abertura a urgência de uma solução para os problemas de infra-estrutura (8). Os maiores gargalos são os problemas estruturais do sistema de transportes (que, por ser basicamente rodoviário, é caro e ineficiente), de armazenamento, portuário e energético. Reivindica-se também do governo um melhor planejamento das políticas agrícolas e agroindustriais no sentido de identificar os produtos, e respectivas regiões de produção (o chamado zoneamento agro-ecológico), onde o país possa obter vantagens competitivas.

**2. ASSINALAR O SURGIMENTO OU FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, AGROINDÚSTRIAS E/OU EXPORTADORES A NÍVEL NACIONAL OU REGIONAL NO PAÍS ? (salientar os mecanismos para coesão e auto-representação)**

Pode-se afirmar que estamos precisamente no momento em que as empresas começam a se preocupar em discutir e buscar encontrar soluções conjuntas para as questões geradas pela abertura econômica. A integração do MERCOSUL está levando, pela primeira vez, a uma discussão das estratégias a serem adotadas conjuntamente, sobretudo em setores como soja e citrus. A iniciativa privada começa neste momento a se antecipar às ações governamentais no processo de negociação.

Os dirigentes da agroindústria vêm claramente uma tendência de internacionalização da indústria alimentar com a abertura, o que vai ampliar o campo de atuação das empresas. Eles esperam encontrar soluções para os problemas de preços e escassez de matéria-prima.

Do lado dos agricultores, o pessimismo é maior do que o otimismo no que se refere à implementação da abertura ao exterior. As entidades mais atuantes são as organizações de cooperativas, mais particularmente as entidades da região sul do país (OCEPAR, FARSUL, FECOTRIGO, etc.), a Sociedade Rural Brasileira, a Confederação Nacional dos Agricultores, algumas associações de produtores e cooperativas. Apesar de tudo espera-se que, com a abertura, os agricultores possam se preparar melhor para as exigências do mercado externo.

Esforços de união entre os segmentos do CAI, particularmente entre produtores e agroindústria, ainda são raros. Merecem citação algumas iniciativas louváveis: 1/ a criação da associação "Pró-alimentos", cuja proposta é promover a redução da carga tributária que incide sobre alimentos básicos.

8. A esse respeito, ver documentos do Programa MERCOSUL BRASIL/FASE I: Lopes, M.R. - Política Agrícola (Unidade 8A) e Branco, A. M. - Transporte Terrestre e Marítimo (Unidade 5-6). IEA-USP e MRE. Setembro 1991.



2/ a criação de fundos privados como o FUNDECITRUS e o FUNDEPEC (respectivamente, Fundo de Desenvolvimento da Produção de Cítricos e da Pecuária), que são esforços de defesa sanitária no combate a doenças como o cancro cítrico e a febre aftosa. 3/ a crescente formação de associações para a promoção do desenvolvimento tecnológico e de estudos de problemas mercadológicos em cadeias específicas, como o recém criado Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) e o Instituto de Carnes do Brasil (ICB).

Vale notar, entretanto, que o diálogo entre os diversos segmentos do complexo agroindustrial brasileiro é ainda incipiente e fortemente conflituoso. Não existe a consciência de que a competitividade econômica não se dá no âmbito de um segmento isolado, mas decorre da estratégia competitiva seguida pelo sistema como um todo (indústrias de máquinas e insumos, produção agropecuária, agroindústrias, sistema de logística e distribuição, apoio institucional, etc.). Ao contrário do que se passa em outros países onde o conceito de interdependência do sistema é forte <sup>(9)</sup>, no Brasil os diversos segmentos do CAI ainda esperam encontrar no Estado as soluções para os seus problemas de progresso tecnológico e competitividade.

### 3. ANALISAR O SURGIMENTO DE EMPRESAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PARA A INFORMAÇÃO, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, A COMERCIALIZAÇÃO E O APROVISIONAMENTO DE INSUMOS E BENS DA AGRICULTURA MODERNA (SEMENTES, EMBRIÕES, MÁQUINAS, ETC) ?

Algumas iniciativas começam a aparecer no sentido da criação de empresas privadas e cooperativas de serviços. No que se refere ao serviço de informação, representantes de entidades agropecuárias do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile criaram recentemente a Associação Latino-americana de Desenvolvimento da Agricultura. O objetivo central é "promover a coordenação e o intercâmbio de informações e experiências que permitam agilizar as relações comerciais e o desenvolvimento tecnológico da agricultura". Neste sentido, deverá ser criada uma central de dados com cadastros de empresas, legislação pertinente de cada país, complexos de controle fitossanitário, exigências burocráticas de qualidade, patentes, normatização, etc.

Outra iniciativa importante é a Associação Interamericana de Distribuição de Produtos Industrializados de Consumo Básico (AIDICOB) formada pelas associações nacionais de atacadistas e distribuidores de produtos industrializados da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil (com sede provisória no Brasil).

---

9. Notadamente exemplificado com o desenvolvimento do conceito de "interprofissão", existent entre os agentes participantes do Mercado Comum Europeu.



A finalidade é defender os interesses em termos de legislação e organizar os diversos segmentos do setor de atacado e distribuição para participar do MERCOSUL.

Além das ações referentes à integração comercial propriamente dita, uma dimensão muito mais importante do processo começa a se manifestar: a mobilidade dos fatores de produção e capitais. Até hoje excessivamente protegidos por legislações e controles burocráticos nacionais, começa a surgir entre os países do Cone Sul, sobretudo nas regiões limítrofes dos Estados-membros, um maior fluxo de capitais, tecnologia e capacidade gerencial, contrapondo o simples fluxo de bens (10).

Quanto aos serviços de armazenagem, dos quase 500 armazéns federais existentes no país (com capacidade estática de armazenagem de 32 milhões de toneladas), cerca de 180 já foram transferidos ao setor privado, cooperativas e governos estaduais (11).

Quanto à comercialização e provisão de insumos, além do papel preponderante desempenhado pelas multinacionais (vide item 4), começam a se formar algumas associações de caráter integrativo. Inicia-se, por exemplo, no setor de sementes, um movimento exploratório no sentido de formar associações de empresas para a produção de sementes melhoradas. No caso de Brasil e Argentina, uma importante ação resultou do projeto apoiado pelo Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO), a qual levou à produção conjunta de batata semente para ambos os mercados, explorando as vantagens comparativas existentes (12).

Na área de insumos ocorre uma forte tendência de integração comercial entre Brasil e Argentina, tanto no setor de fertilizantes como no setor de sêmen e matrizes (onde aparentemente já despontam mercados promissores em suínos). Porém, no que se refere ao MERCOSUL, as iniciativas do setor privado ainda dependem da regulamentação de um acordo-quadro (no momento pensa-se na criação de um Comitê Regional de Fiscalização de Insumos Agropecuários).

Acredita-se que, com os crescentes intercâmbios tecnológicos entre países do MERCOSUL, certamente será possível queimar etapas e custos na pesquisa agrônoma.

10. Dois exemplos deste tipo de integração apareceram recentemente na imprensa: 1/ Agricultores do sul do Brasil procuram terras uruguais e argentinas para produzir arroz irrigado; e 2/ Empresários paranaenses se unem na construção da primeira fábrica de óleo de soja refinado do Paraguai.

11. cf. Lopes, M.R., op. cit.

12. cf. Zylbersztajn e Farina, op. cit.





#### 4. ASSINALAR A EXISTÊNCIA DE NOVOS MECANISMO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, TIPO JOINT-VENTURES, COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRIVADA VISANDO O COMÉRCIO EXTERIOR ?

No Brasil são ainda raras as iniciativas neste sentido. As empresas privadas que operam no setor agroindustrial começam agora a se aproveitar das vantagens da integração regional. Empresas multinacionais vêm cada vez mais aproveitando sinergias e começam a realizar investimentos de caráter complementar, buscando explorar vantagens competitivas em termos de qualidade e preço de matéria-prima e estrutura e modernização da agroindústria (13).

Vale salientar que, pela sua própria natureza, "as empresas multinacionais estão em melhores condições para implementar estratégias de investimento, visando internalizar as vantagens da localização geográfica de suas plantas produtivas. Acima de tudo, possuem informações sobre os diferentes mercados nacionais e seu ambiente institucional, geralmente não disponíveis para os outros tipos de organização. A assimetria de informação representa um ativo intangível das organizações multinacionais, que tende a perder seu valor com a formação de um mercado comum. Esta perda de vantagem estratégica pode explicar a tentativa destas organizações de saírem na frente no processo integrativo, beneficiando-se de novas vantagens aora associadas ao pioneirismo do movimento (14)".

Além do papel desempenhado pelas multinacionais, começam a surgir alguns acordos de cooperação tecnológica, principalmente entre cooperativas. Este tipo de relação é menos conflituosa do que a concorrência de mercadorias, podendo gerar efeitos mais profundos e duradouros, como novas formas e tecnologias de produção, novos produtos e, até mesmo, novos mercados.

No que se refere à política brasileira de abertura ao exterior, pode-se dizer que praticamente não ocorreu nada de muito relevante em termos de novos mecanismo de investimento estrangeiro (tipo joint-ventures). As incertezas advindas da recessão provocada pelos Planos Collor I e II (queda do produto, inflação ascendente, desemprego, juros elevados, etc.)

13. A título de exemplo, pode-se mencionar a estratégia do Grupo BONGRAIN no mercado de queijos. Por um lado, a empresa pretende exportar para a Argentina queijos cremosos e fundidos (Polenghinho, Chamois D'Or, Camembert), produzidos com tecnologia industrial disponível no Brasil. Nestes produtos, a tecnologia pesa mais que o custo da matéria-prima. Por outro lado, serão importados de sua fábrica na Argentina (Santa Rosa), os queijos de massa tipo parmesão, gorgonzola e cheddar, os quais exigem menos tecnologia e uma melhor qualidade de leite, disponível naquele país.

14. Extraído de Zylbersztajn e Farina, op. cit.



aliada ao impasse nas negociações da dívida não têm atraído investimentos de capital estrangeiro. O próprio processo de privatização das empresas estatais, que seria uma oportunidade para a entrada de capital externo, ainda não deslançou, e dificilmente o fará no curto prazo. Após toda uma década de fortes instabilidades econômicas e estagnação do produto, o Brasil é ainda um ponto de interrogação para o capital estrangeiro.

**5. VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE ACORDOS ENTRE O SETOR PRIVADO E UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO, VISANDO INCREMENTAR A CAPACIDADE EMPRESARIAL E A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ABERTURA ?**

No processo integrativo, a articulação de acordos entre o setor privado e Universidades e Centros de Pesquisa e Capacitação é um fator de grande relevância. Ela só pode, porém, ser trabalhada com uma visão de médio e longo prazo.

A integração representa uma possibilidade de reestruturação dos sistemas de pesquisa e desenvolvimento. Neste sentido, convênios de cooperação tecnológica começam a ser firmados, especialmente entre cooperativas. Desenvolvem-se também tentativas pontuais de atuação conjunta na área de Ciência e Tecnologia, como o Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO), mencionado no item 3, que ainda não prosperou por falta de recursos que garantissem a continuidade dos trabalhos.

No âmbito da pesquisa agropecuária acredita-se que existam possibilidades de cooperação extremamente proveitosas no desenvolvimento de pesquisas conjuntas (por exemplo, entre a EMBRAPA do Brasil) e o INTA da Argentina).

Além disso, começa a se desenvolver um intercâmbio científico entre Universidades de países do Cone Sul, o qual deverá se intensificar nos próximos 2 anos (15).

---

15. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul vem, desde 1989, desenvolvendo trabalhos conjuntos com a Universidade da República do Uruguai na área de biotecnologia e farmácia.



Vale salientar, outrossim, o convênio firmado recentemente entre o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) e o Ministério das Relações Exteriores, o qual busca identificar problemas e encontrar soluções para a harmonização de políticas entre os países do MERCOSUL, com a participação dos setores interessados.

Enfim, certamente no momento em que as menores tarifas de importação, auxiliadas pela taxa de câmbio, provocarem um aumento significativo das importações agrícolas e alimentares é que preocupações e iniciativas importantes no sentido de incremento da competitividade, via melhoria da capacidade empresarial, desenvolvimento tecnológico e outros condicionantes, vão se fazer efetivamente presentes.

(20/10/1991)  
(Marcos S. Jank)  
(USP-ESALQ)



**ANEXO I**





VALOR DAS EXPORTACOES AGROINDUSTRIAIS BRASILEIRAS (US\$ 1000 FOB)					
COMPLEXO	PRODUTOS	1987	1988	1989	1990
01. SOJA	Farelo	1 448 968	2 022 917	2 138 628	1 610 492
	Graos	670 277	728 358	1 153 709	909 753
	Óleo Bruto	172 341	45 149	302 208	321 368
	Óleo Refinado	131 951	249 085	65 148	12 546
02. LARANJA	Suco Concentrado	630 602	1 144 332	1 018 954	1 488 494
	Farelo de Polpa	75 235	82 389	87 610	102 251
	Frescas e secas	17 198	18 708	17 607	18 251
03. CAFE	Graos	1 959 198	2 008 945	1 660 391	1 105 779
	Industrializado	228 074	212 924	220 984	147 318
04. MADEIRA	Serrada	117 130	129 388	98 628	115 771
	Pasta Quimica	393 510	618 181	678 672	662 038
	Laminada, Entalhada	103 749	113 418	77 631	62 368
	Compensada, Contr	70 601	138 651	101 034	100 010
05. FUMO	Em folhas	405 497	611 173	612 549	661 277
06. PECUARIA DE CORTE	Fresca e Congelada	207 665	374 313	137 716	100 268
	Industrializada	223 111	259 348	186 328	133 413
	Equina	3 865	4 794	5 667	4 898
	Peles e Couros	183 397	362 038	244 015	290 696
07. ACUCAR	Demerara	134 399	186 608	113 548	288 674
	Cristal	30 583	16 237	33 434	36 702
	Refinado	169 630	162 339	168 625	186 497
	Alcool Etílico	8 398	26 044	9 188	7 407
	Melaco de Cana	28 614	22 218	3 608	0
08. ALGODAO	Bruto	160 179	31 297	157 741	127 837
	Fios	813 258	188 989	137 678	137 672
	Óleo Refinado	29 266	44 209	32 605	38 247
	Tecidos	160 739	149 171	143 328	124 368
09. FRANGO		215 909	235 028	261 674	323 961
10. CACAU	Cru	265 587	215 495	134 324	127 765
	Manteiga	184 082	171 190	100 454	136 013
	Liquor e Pasta	98 960	95 278	73 189	60 131
11. CASTANHA	Brasil	29 134	25 943	21 745	32 454
	Caju	87 791	111 419	107 308	101 237
12. PESCA	Camarão	63 771	91 763	65 217	49 151
	Lagosta	68 904	54 802	39 463	61 084
	Peixe Congelado	28 488	27 507	24 718	20 969
13. SEDA	Fios	27 230	43 345	65 741	66 324
14. PIMENTA	Grao	123 508	60 120	49 140	41 761
15. MAMONA	Refinado	66 030	64 003	64 679	35 183
16. PALMITO	Conserva	35 539	30 080	24 244	26 384
17. CHA	Erva-mate	19 562	34 695	22 298	28 344
18. CARNAUBA	Cera	19 451	23 868	21 361	21 629
19. SUCOS (FRUTAS)		34 538	29 686	20 132	9 042
20. BANANAS		12 003	11 764	12 394	6 696
21. AMENDOIM	Óleo Bruto	9 699	3 721	1 299	7 031
22. SERRAL	Bruto	21 157	28 589	31 915	6 941
TOTAL das exportacoes do CAI		9 486 594	11 176 513	10 604 860	6 741 033
TOTAL das exportacoes brasileiras		26 223 925	33 789 365	34 382 620	31 391 426
Participacao: CAI/TOTAL (%)		(36.1)	(33.1)	(30.6)	(31.0)

FONTES: CADEX (Banco do Brasil) e BOLETINS BACEN (Banco Central do Brasil).



## ANEXO 1 - 2

1. Preços mínimos das principais culturas do programa AGF, 1980/89.  
Valores Correntes (1) em \$/kg.

ANO	CULTURA									
	Arroz		Milho		Soja		Feijao		Algodao em caroco	
	Irrigado	Sequeiro	N/NE	S/SP	N/NE	Centro-Sul	N/NE	Centro-Sul	N/NE	Centro-Sul
1980	8.40	6.40	3.75	3.09	7.34	7.34	15.00	15.00	17.90	13.46
1981	16.00	14.40	10.90	7.91	9.00	11.00	42.00	42.00	52.00	31.68
1982	33.52	27.98	23.53	17.14	22.03	22.03	78.52	78.37	93.99	63.87
1983	64.56	53.89	47.04	32.90	42.54	42.54	158.76	149.08	179.03	125.74
1984	224.00	187.00	190.29	103.00	120.70	120.70	545.93	501.31	661.62	445.20
1985	1000.00	841.00	791.00	506.00	779.00	779.00	2580.00	2098.00	2479.00	1870.00
1986	2.60	2.23	1.32	1.32	2.09	2.09	4.87	4.87	4.46	4.79
1987	5.22	4.48	2.86	2.74	2.84	2.84	10.65	10.65	9.93	6.67
1988	34.10	29.27	22.30	19.84	26.44	26.44	76.30	76.30	76.02	69.12
1989	0.26	0.20	0.16	0.16	0.18	0.18	0.59	0.59	0.53	0.48
1990									30.73	30.73
1991									153.70	154.00

(1) Até 1985, em Cr\$. De 1986 até 1988, Cz\$. De 1988 até 1989, NCr\$.  
De 1990 em diante Cr\$. Preços para o mês de julho.

(CONTINUACAO)

CULTURA	REGIAO	1990(1)	1991(2)
Arroz Irrigado		15.56	102.90
Arroz Sequeiro	S/SE/NE (menos MA)	12.75	75.69
	MS/GO/DF	11.62	68.97
	Sul do MT, TO e MA	10.47	58.67
	Norte MT, RO, AC, AM, PA, RR e AP	8.47	
Milho	S/SE/BA-Sul	9.17	56.96
	MS/GO/DF	7.83	49.50
	Sul do MT/TO	6.28	41.93
	Norte do MT/RO	5.98	33.24

CULTURA	REGIAO	1990(1)	1991(2)
Soja	S/SE/BA-Norte e NE (exceto MA)	10.92	69.62
	MS/GO/DF/MA e BA-Sul	10.5	63.93
	Sul do MT e TO	9	58.62

FONTE: WORLD BANK (1990); CFP (1990). Folha de Sao Paulo (1991)

(1) Preço base em agosto.

(2) Preço base em outubro.









